



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

O **SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Peço a atenção, a compreensão, o apoio imprescindível das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, dos profissionais da imprensa, das assessorias da Câmara dos Deputados e do Senado, que nos honram com a presença na tarde de hoje, para que tenhamos uma sessão coroada de pleno êxito, assim como querem as Comissões Mista de Orçamento do Congresso, de Finanças e Tributação, de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados e a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

Convido para compor a Mesa o Deputado Cláudio Puty, Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados; o Vice-Presidente da Comissão Mista de Orçamento e Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano, Deputado Roberto Britto; o Relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Deputado Márcio Reinaldo Moreira; o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio do Amaral, que está presente como convidado. Já nos honra com sua presença a Sra. Miriam Belchior, Ministra de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro, declaro iniciada a primeira reunião conjunta de audiência pública de 2011, com a participação das seguintes Comissões: pela Câmara dos Deputados, Comissão de Finanças e Tributação e de Desenvolvimento Urbano; pelo Congresso Nacional, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Comunico a presença do Senador Delcídio do Amaral, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, convidado por esta Comissão.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvir a Ministra de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Aparecida Belchior, que já nos dá a honra da sua presença, para prestar esclarecimentos acerca dos seguintes assuntos: Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011 e dá outras providências; Decreto nº 7.418, de 31 de dezembro de 2010, que prorroga a validade dos restos a pagar não processados, inscritos nos exercícios financeiros de 2007, 2008 e 2009; e os vetos à Lei Orçamentária Anual de 2011, Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, em atendimento ao Requerimento nº 2, de 2011, de autoria do Deputado Claudio Cajado, ao qual foi anexado o Requerimento nº 4, de 2011, de autoria do Deputado José Priante, aprovado na primeira reunião ordinária; Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, conforme dispõe o art. 84 da Resolução nº 1, de 2006.

Anuncio a presença da Sra. Célia Corrêa, Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Deputado Márcio Reinaldo Moreira e do Relator-Geral da proposta orçamentária para 2012, eminente e eterno presidente, Deputado Arlindo Chinaglia.

De acordo com o estipulado no art. 398, incisos IX e X do Regimento Interno do Senado Federal, a palestrante disporá de 30 minutos para fazer sua exposição, sem apartes.

Conforme estipulado no art. 398, inciso X do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interperlar a expositora poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, no prazo de 5 minutos. Iremos fazer um acordo para diminuir um pouco esse tempo por conta da quantidade de participantes.

Informo que a lista de inscrição para o debate já se encontra aberta.

Com a palavra a Sra. Ministra do Planejamento, que terá 30 minutos, prorrogáveis por mais 10, de acordo com a conveniência de S.Exa. e da Mesa.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Boa tarde a todos.

É um prazer estar, pela primeira vez, no Congresso Nacional como Ministra do Planejamento. Já estive aqui como Coordenadora-Geral do PAC, em várias Comissões, mas esta é a primeira vez que venho como Ministra do Planejamento.

Saúdo o Senador Vital do Rêgo, Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com a qual, acredito, teremos um relacionamento de colaboração permanente, visto que cabe a esta Comissão a análise do PPA, da LDO e de todas as suplementações orçamentárias que o Governo mandar para o Congresso.

Cumprimento o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias; o Deputado Claudio Cajado, autor do requerimento de convite para a minha presença aqui; o Deputado José Priante, também autor do requerimento; o Presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, Deputado Cláudio Puty; os Deputados Rui Costa e Amauri Teixeira, autores do requerimento de convite pela Comissão de Finanças e Tributação; o Deputado Roberto Britto, Vice-Presidente da Comissão de

[P\_19681] Comentário:  
Supervisor.:Graça

[p2] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:1 Taq.:Jacinta Rev.:

[P3] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:2 Taq.:Lilian Rev.:

[P4] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:3 Taq.:Graciete Rev.:



Desenvolvimento Urbano, e o Deputado Heuler Cruvinel, também autor de requerimento de convite pela Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, consultores desta Comissão, senhores jornalistas, cinegrafistas e fotógrafos, senhoras e senhores, começo agradecendo pela aprovação unânime dos requerimentos de convite nas três Comissões e também pela possibilidade de fazer essas reuniões conjuntas que permitirão, suponho, um debate mais amplo com o conjunto das Comissões envolvidas.

São muitos temas, vou tentar seguir o tempo que me foi disponibilizado, para que possamos fazer o debate na sequência.

Vou aproveitar uma apresentação que o Ministro Guido Mantega fez hoje no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social sobre as perspectivas da economia brasileira e mundial. Em seguida entrarei na LDO, nos cortes orçamentários, no PPA, enfim, nos temas que me trazem a esta Comissão.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Mostrando esse mapa do mundo, quero fazer uma reflexão sobre a recuperação da economia mundial e do Brasil.

Primeiro, estamos vindo de uma lenta recuperação. O Brasil, felizmente, mais rápido do que os demais países, saiu da crise, mas encontramos um mundo dividido entre países avançados e emergentes.

Se observarmos o gráfico — é um gráfico com as estimativas de variação do PIB pela revista *The Economist* —, veremos que os países mais avançados estão com baixo crescimento, com alto desemprego, foram 300 milhões de empregos perdidos e apenas uma parte recuperada, grandes *deficits* fiscais e inflação em alta. Eles ainda não superaram a crise.

Podemos ver, neste mapa, toda a Comunidade Europeia, o Reino Unido, o Japão com previsões de crescimento do PIB bastante singelas para 2011.

Por outro lado, os países emergentes, representados pela cor azul, entre eles o Brasil, a Rússia, Índia e China (BRIC), Arábia Saudita, Coreia, Indonésia, com alto crescimento, baixo desemprego, equilíbrio fiscal, inflação em alta, assim como os países desenvolvidos, mas já superaram a crise de maneira muito mais rápida do que os chamados países de primeiro time. Dessa vez, o Brasil está entre esses emergentes que estão puxando o crescimento mundial.

Superada a crise no Brasil, temos ajustes a fazer, desafios a enfrentar. Gostaria, aqui, de referir-me a três deles: a consolidação fiscal, o combate à inflação e a questão do câmbio valorizado.

Nós estamos fazendo ajustes para manter o crescimento sustentável num patamar próximo a 5% e enfrentar os problemas nacionais e internacionais. Propusemos, no início de fevereiro, uma consolidação fiscal que está representando a reversão dos estímulos econômicos de 2009/2010, necessários naquele momento para segurar a nossa economia. Então, sejam os subsídios, sejam as desonerações para o consumo.

Fizemos o corte de 50 bilhões de reais, a fim de reduzir os gastos públicos e manter os investimentos. Cumprimos um papel importante para abrir o caminho para o controle da inflação e, por consequência, para a redução dos juros básicos, objetivando menor crescimento das despesas do Governo em relação ao crescimento da economia.

Quero mostrar aqui como estamos nesse rumo. Temos o resultado primário do Governo Central no primeiro trimestre. Em verde, temos o ano de 2010, e, em vermelho, 2011. Janeiro conservou-se mais ou menos no mesmo patamar; fevereiro já tivemos 1,2 bilhão de reais, em 2010; 2,5 bilhões de reais, em 2011; março, no ano passado, não fizemos *superavit*, com menos 4,5 bilhões de reais. Este ano, já fizemos mais de 9 bilhões de reais de *superavit* em março.

Isso significa, em termos acumulados, a meta do primeiro quadrimestre. Todos sabem que estabelecemos metas de *superavit* por quadrimestre. A nossa meta é de 22,9 bilhões de reais. Nós, até março, ou seja, no primeiro trimestre, já ultrapassamos o *superavit* previsto na nossa programação.

Aqui também é para mostrar como estamos conseguindo, de fato, segurar os gastos públicos.

Estas são as variações do primeiro trimestre de 2010 para 2009 e de 2011 para 2010, em termos nominais e em termos reais.

Para ser mais rápida, vou direto aos termos reais. Se compararmos com o crescimento nominal do PIB, a receita líquida subiu 5,2%, enquanto as despesas caíram 4,4%. Isso demonstra exatamente esse esforço de consolidação que o Governo vem fazendo e já com sucesso.

Isso nos leva à continuidade de uma política de solidez fiscal, em que vimos cumprindo o resultado primário em torno de 3%, e o País vem reduzindo o *deficit* nominal.



No período 1995/2002, tínhamos um *deficit* médio de 7%; entre 2003 e 2010, essa média caiu para um *deficit* de 2,9%. Temos a previsão de chegar a menos de 2% no ano de 2011. Isso tudo sem fazer uso do fundo soberano, que, como os senhores sabem, monta mais do que 0,5% do PIB. Fizemos essa economia que continua preservada para os momentos de vacas magras. Não precisamos usá-la sequer em 2009.

Se compararmos com os outros países, vemos que o Brasil é um dos países do G-20 com maior solidez fiscal.

Então, na cor vermelha estão os países que têm *deficit* nominal de 4% — Estados Unidos, Reino Unido, França, Egito, Índia, Japão. Entre 2% e 4% de *deficit*, representados pela cor verde, estão Rússia, Austrália, Turquia e Itália. Na cor azul, estão a China, a Arábia Saudita e o Brasil, com menos de 2% de previsão de resultado fiscal nominal em 2011.

Esse movimento todo implica redução da nossa dívida pública, que vem caindo desde 2003. Tivemos uma regressão em 2009, e não preciso explicar aqui as razões que levaram a essa regressão.

Já estamos retomando o patamar de 2008. Acreditamos que, neste ano de 2011 — aqui é só o acumulado até fevereiro —, voltaremos aos patamares de 2008.

Passada a consolidação fiscal, entro no segundo ajuste a que me referi: o controle da inflação.

Este mapa, baseado em dados da *The Economist*, é importante e nele percebemos uma evolução, em todo o mundo, dos índices de inflação. Mas é importante perceber como o avanço do índice de inflação no Brasil é proporcionalmente inferior a de outros países.

Só para exemplificar, a Rússia sobe de 6,5% para 9,4%; a China quase mais do que dobra, de 2,4% para 5,4%; o Canadá de 1,4% para 3,3%; enquanto o Brasil sobe de 5,2%, do ano passado, para 6,3% de previsão neste ano. Isso mostra que esse fenômeno é mundial, e que, proporcionalmente, não tivemos o mesmo impacto na inflação que os outros tiveram.

Essa é uma inflação fundamentalmente de *commodities*, que precisa ser muito bem cuidada para não contaminar o resto da economia. Ela ocorre basicamente: por choque de oferta por problemas climáticos e por aumento do consumo por conta do aumento da renda mundial, com redução da pobreza em muitos países, entre eles o Brasil; por causa da crise do Oriente Médio e do norte da África, que atinge os produtores de petróleo, com significativos impactos no custo dessa *commodity*, por especulação financeira; e por causa de políticas monetárias frouxas nos países desenvolvidos para garantir o crescimento.

Esta curva em vermelho representa 19 categorias de *commodities* mais negociadas no mundo. Vemos que, nessas *commodities*, o índice cresceu 37,8% e os alimentos, 43,2%. Então, essa é uma inflação de caráter internacional.

Como tem esse caráter internacional, a inflação depende de medidas internacionais também, mas nós, no Brasil, estamos atentos para impedir o contágio desse fator internacional na nossa economia. Para isso, nós — o Governo, o Banco Central — estamos utilizando as diversas armas monetárias e fiscais contra a inflação.

Aqui quero destacar o estímulo ao aumento da oferta agrícola, que é fundamental, tanto interna quanto externamente, por causa da maior safra. Nós vimos batendo recordes de safra todos os anos e este ano bateremos de novo, o que será importante para essa acomodação de preços internos e também para evitar contágio com alimentos industrializados. Outra medida é o corte da despesa pública, a que eu já me referi, que reduz a demanda e implica redução da inflação.

A terceira medida é a redução da expansão do crédito. Uma das grandes qualidades do nosso crescimento foi a disponibilização de crédito no País. O que estamos fazendo agora é um ajuste no ritmo do crédito no Brasil. Mas não podemos matar a galinha dos ovos de ouro, pois o crédito é fundamental para alavancar o investimento, que, por sua vez, é fundamental para dar um crescimento sustentável ao País.

Por isso, estamos mirando um crédito de 4,5% do PIB, reduzindo, do ano passado para cá, de 7,5% para 4,5%, o que significa na nossa demanda interna sair de um patamar de 10%, que tivemos em 2010, para um patamar de cerca de 6% da demanda interna deste ano. Ou seja, o nosso mercado interno foi fundamental na época da crise. Nós precisamos mantê-lo, mas numa situação um pouco mais tranquila do que a que vinha acontecendo até o ano passado.

Esse ajuste que estamos fazendo não é tradicional, porque se trata de uma redução seletiva do consumo e não do investimento. A tradição é, num momento como este, cortar absolutamente tudo. Nós não estamos fazendo isso. O que estamos fazendo é continuar os estímulos ao investimento, ao PAC, ao Programa Minha Casa, Minha Vida e ao investimento privado, porque acho que esse é um consenso de que o investimento

[p6] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:5 Taq.:Márcia Moreira Rev.:

[p7] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:6 Taq.:Maria Cristina Rev.:



é fundamental para o crescimento sustentável do Brasil. O mercado interno é fundamental também, mas sozinho ele é insuficiente para garantir o crescimento de qualidade para o nosso País.

Com isso, acreditamos que o País continuará crescendo, como ocorreu no período do Presidente Lula, que cresceu em média 4%. Nós acreditamos que agora, durante o Governo da Presidenta Dilma Rousseff, vamos ter um crescimento médio em torno dos 5%.

Esse crescimento vai continuar gerando empregos, como gerou nos últimos anos. Não no mesmo patamar do ano passado, mas ainda num patamar alto, e em muitos setores da economia praticamente podemos considerar que teremos pleno emprego.

Isso nos coloca desafios importantes, como o da educação, do ensino técnico e da qualificação da mão de obra. A Presidenta Dilma irá lançar o PRONATEC nos próximos dias, exatamente para dar conta desse desafio importante do novo momento da economia brasileira.

O terceiro ajuste a que eu quero me referir é o cambial. Nós estamos vivendo um momento de crescimento dos fluxos financeiros internacionais. Na cor laranja está demonstrado que os fluxos vêm crescendo desde 2008, enquanto o investimento direto externo partiu de 325,3 bilhões de dólares e ainda não chegou a 200 bilhões de dólares. Esse é um problema importante, porque alimenta a inflação e inunda nossos mercados de recursos, propiciando especulação.

É importante dizer que se isso é o que está acontecendo no mundo — não foi possível colocar aqui a informação —, o Brasil já retomou os patamares de 2008 no investimento direto. Em 2010, nós já tivemos 48,5 bilhões de investimento direto, e há uma previsão, este ano, entre 50 bilhões e 60 bilhões de investimento direto, o que é muito importante para nossa economia, mas nós temos de lidar com a barra laranja, que é a especulação financeira.

Por isso, aqui, vemos como está se dando o movimento do câmbio, o fluxo financeiro no País desde janeiro. Então, em janeiro de 2011, nós tivemos uma entrada maior do que a saída, de 14,4 bilhões de dólares. Só para os senhores terem referência, em 2002, todas as reservas do País eram 15 bilhões de dólares. Quer dizer, é mais ou menos no mesmo patamar. Esse movimento, em fevereiro, recuou para 8 bilhões de dólares, manteve-se mais ou menos, no mês de março, com 9 bilhões de dólares, e até o dia 20 de abril de 2011 nós estamos empatando.

Claro que há volatilidade nesse tipo de fluxo financeiro. No entanto, acreditamos que as medidas que vêm sendo adotadas começam a surtir efeito no controle da valorização do real.

Nós começamos em outubro de 2009 essa ação cambial que o Governo fez. O Brasil foi pioneiro na taxação do capital externo. Nós, digamos assim, rompemos um tabu e depois completamos com outras ações nessa mesma direção. Hoje, essa é uma receita que vem sendo recomendada por várias instituições internacionais como medida de proteção para cada um dos países.

Isso é fundamental para impedir o excesso de capitais especulativos, a sobrevalorização do real e a guerra cambial, que nos desfavorece no mercado internacional.

O resultado das medidas é que conseguimos moderar a valorização do real — provavelmente o dólar estaria abaixo de R\$ 1,40 — e moderar parte da entrada de capitais especulativos.

Como conclusão dessa primeira etapa, acho que nesses ajustes que estão sendo realizados, os números e essas informações apontam que estamos no caminho certo.

Vamos ter resultados de curto, médio e longo prazo. Não vamos interromper o ciclo de crescimento e vamos criar condições para continuarmos crescendo, reduzindo as desigualdades de maneira sustentável para o País.

Esse é um quadro geral que achei muito interessante, apresentado pelo Ministro Guido Mantega, hoje, na reunião do CDES, e eu quis aproveitar essa oportunidade única com um público tão qualificado para apresentar essas informações.

A seguir, passo às informações a respeito do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2012. Estou aqui exatamente para a audiência prevista na resolução da CMO que prevê a presença do Ministro do Planejamento para apresentar as informações gerais da proposta enviada ao Congresso.

Em primeiro lugar, nossos parâmetros econômicos para 2012: crescimento do PIB de 5%; IPCA (variação acumulada) de 4,5%; IGP-DI (variação acumulada) também de 4,5%; Índice de Estimativa de Receita — IER de 4,96%, que esta Comissão usa para seus trabalhos; salário mínimo de R\$ 616,34; taxa de câmbio média de 1,76%; crescimento da massa salarial nominal de quase 10%; e uma taxa de juros, em dezembro de 2012, de 10,75%.

[P8] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:7 Taq.:Andréa Nogueira Rev.:



O resultado primário que está embutido na proposta da LDO é de 3,1% do PIB, equivalente a 139,8 bilhões de reais, e está fixado em termos nominais nos mesmos moldes do ano passado, ou seja, da LDO vigente. Dos 139,8 bilhões de reais do setor público consolidado, 97 bilhões de reais do Governo Central que correspondem a 2,15% do PIB, e Estados e Municípios com 42,8 bilhões de reais que correspondem a 0,95% do PIB.

O projeto de lei também prevê a possibilidade de abatimento da meta, relativa ao PAC, em 40,6 bilhões de reais, equivalente a 0,9% do PIB, mesmo percentual da LDO de 2011.

Com esses parâmetros e o *superavit* previsto, que já vimos cumprindo, conforme mostrei anteriormente, só houve uma redução em 2009 em função da crise internacional, mas vamos retomar a queda da dívida pública, o que também já mostrei na apresentação do Ministro Guido.

Com relação às prioridades e metas, apontamos na LDO as ações do PAC e as ações relativas à superação da extrema pobreza como as que teriam prioridade na alocação de recursos na LOA de 2012.

Regras para a antevigência do LOA de 2012, caso o Congresso não consiga votar o Orçamento até o final do ano, o que espero não aconteça. (*Pausa.*) O Presidente desta Comissão está dizendo que vai votar. Espero que ele tenha o apoio dos demais Parlamentares.

O primeiro bloco de liberação integral, que tradicionalmente é feito, contém as despesas obrigatórias, as bolsas de estudo, o pagamento de estagiários, as ações de prevenção a desastres e as despesas do Tribunal Superior Eleitoral com eleições.

Estamos trazendo e recolocando ao Congresso a proposta de duodécimos não apenas para despesas de custeio, mas também para despesas de investimento e inversões financeiras do PAC e das despesas do orçamento de investimentos das estatais.

Por que o Governo traz isso de novo à avaliação do Congresso Nacional? Exatamente por aquilo que conversamos e que apresentei há pouco: investimento é fundamental para o crescimento sustentável do País. Se há consenso em relação a isso, parece-me que seria natural ter o duodécimo também para investimento, para que não parássemos as obras e os investimentos necessários ao crescimento continuado do País. Por esta razão, trazemos de novo essa proposta ao Congresso e esperamos que, no debate, consigamos caminhar para uma posição comum.

Obras e serviços com indícios de irregularidades. O projeto de lei enviado pelo Governo preserva a redação da LDO de 2011, introduzindo condição adicional para uma obra ser considerada no Anexo IV, no qual estão as obras que têm de ser paralisadas.

A nossa proposta é de que o TCU só possa enviar ao Congresso para paralisação obras que tenham passado pelo menos por decisão de um dos Ministros do Tribunal ou pelo conjunto dos Ministros e que resultem num acórdão.

Por que estamos propondo isso? Nos últimos 4 anos, o Governo e o Tribunal de Contas, especialmente por conta do PAC, vêm construindo um novo patamar de relacionamento bastante produtivo e que tem funcionado bem, parece-me, tanto para o Tribunal de Contas quanto para o Governo Federal.

Assim como o Congresso e toda a sociedade brasileira, o Governo tem o maior interesse em paralisar obras que tenham irregularidades graves. Acho que temos consenso nisso. O que verificamos, nos últimos anos, é que uma série de obras vai para o Anexo IV e, depois, quando melhor analisadas, percebe-se que não haveria razão de terem sido paralisadas.

Cito um exemplo: dos 34 empreendimentos que o Tribunal de Contas mandou para o Congresso ano passado, 12 foram retirados quando o Governo apresentou seus argumentos ou fez ajustes atendendo a recomendações do Tribunal de Contas. Nossa aposta é nesse diálogo com o TCU.

Tomando um dos exemplos, lembro que, em 2009, a Refinaria Abreu e Lima — todos sabem da importância desse investimento para a Região Nordeste — recomendou a paralisação de seis contratos, todos por recomendação de auditoria técnica, sem que tivesse passado ainda pelos Ministros. Depois disso, dadas as informações necessárias, todos foram liberados. Se o Presidente Lula não tivesse tido a corajosa decisão de vetar essa parte do Anexo IV, teríamos 22 mil trabalhadores que estavam na obra naquele momento despedidos.

O Deputado João Paulo está aqui e sabe muito bem o que significa essa obra para Pernambuco e para o Nordeste. É esse tipo de problema que queremos evitar ao fazer essa proposta.

Despesa de pessoal é a mesma regra desde 2009, ou seja, qualquer reestruturação de carreiras precisa já estar em tramitação no Congresso até 31 de agosto. É a mesma regra, nada mudou.

[P9] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:8 Taq.:Andréa Nogueira Rev.:



O que talvez seja uma inovação maior que estamos enviando na LDO são as despesas ressalvadas da limitação de empenho. O projeto de lei de diretrizes orçamentárias que o Governo enviou prevê a exclusão de todos os itens relacionados a esse tema. Estamos fazendo essa proposta ao Congresso para reduzir a rigidez orçamentária e permitir maior flexibilização na execução orçamentária.

As ações ressalvadas subiram de 2,4 bilhões de reais, em 2004, para 10,3 bilhões de reais em 2010, um crescimento de 323%. Se eu levar em conta os vetos que realizamos nessa área, que são mais 1,6 bilhão de reais, chegamos a quase 400% de aumento.

Inicialmente só tínhamos Ciência e Tecnologia, Combate à Fome e EMBRAPA como ressalvados. Essa lista foi aumentando, aumentando, aumentando.

[P10] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:9 Taq.:Ana Claudia Rev.:

Quero citar um dado que considero importante para a reflexão dos senhores. Se em 2011 retirarmos do Orçamento as despesas obrigatórias, o PAC e as ressalvadas, sobrar um espaço fiscal de 37 bilhões de reais para dar conta de todas as despesas discricionárias dos Ministérios e também das emendas dos Parlamentares. Então, estou cristalizando 10 bilhões de reais, que não podem ser modificados, e não posso atender às demandas, sejam dos Ministérios, sejam dos Parlamentares. Consideramos que isso é um engessamento desnecessário.

Para os preocupados com a questão de Ciência e Tecnologia, Combate à Fome e EMBRAPA, há um compromisso do Governo. A despeito de não ter mantido esses temas como ressalvados, queremos manter os mesmos níveis de investimentos para essas áreas. Essas ações são muito importantes seja para o crescimento do País, na questão de Ciência e Tecnologia, seja para o Combate à Fome, na questão da erradicação da pobreza absoluta. Então, manteremos os níveis de investimento, independente de elas serem ressalvadas.

Reprogramação orçamentária de 2011, relativa ao convite do Deputado Claudio Cajado, desta Comissão Mista de Orçamento.

Falarei muito rapidamente sobre a reprogramação orçamentária, porque os senhores já a conhecem. O Governo fez uma reavaliação de receitas e despesas, na lógica que eu já apresentei de consolidação fiscal, da necessidade de reduzir o gasto público.

Para contribuir com esse momento da economia brasileira, o Governo resolveu fazer um ajuste nas suas despesas em 50,1 bilhões de reais. Em despesas obrigatórias, 15,7 milhões de reais; em despesas discricionárias, 36,2 milhões de reais, e 1,6 milhão de reais relativo a vetos à LOA de 2011.

Além disso, tivemos que acrescentar 3,5 bilhões de reais para fazer frente a créditos extraordinários que vão ser executados durante o ano e não estavam previstos na lei orçamentária. Isso significa uma redução no PIB das despesas para 17,8% do PIB, 1% menor do que realizamos em 2010. Lembro que aquele quadrinho que mostrei sobre a redução das despesas mostra o resultado dessa consolidação.

Nas despesas obrigatórias, dos 15,8 bilhões de reais, 3,5 bilhões de reais com pessoal, 2 bilhões de reais em benefícios previdenciários, 3 bilhões de reais em abono e seguro-desemprego, 9 bilhões em subsídios e subvenções, 1,5 bilhão para os fundos do Nordeste e da Amazônia para projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas — PHC e para a Transnordestina, e transferências para a Agência Nacional de Águas — ANA no valor de quase 160 milhões de reais.

Redução das despesas obrigatórias. Estamos fazendo — os senhores devem conhecer bem — um esforço administrativo com as seguintes medidas: auditoria na folha de pagamento, uma auditoria externa que vai não só fazer a auditoria, mas também construir uma nova metodologia permanente para que esse trabalho possa ser feito pelas equipes do Governo Federal permanentemente; entrada em funcionamento do novo sistema de alerta para auditoria das despesas com pessoal, que tem parâmetros estabelecidos, e tudo o que sair fora desse parâmetro automaticamente gera auditorias; cruzamento do cadastro federal de servidores federais com o de 13 Estados e com o da Previdência para minimizar superposições, duplo vínculo etc.; auditorias especiais em fiscalização, que estamos finalizando em 61 universidades, a partir de irregularidades que encontramos em algumas delas; adiamento dos concursos públicos e revisão de novas admissões — há várias pessoas aqui com faixinhas e camisetas. Estamos fazendo uma análise cuidadosa desses concursos. Temos que fazer um ajuste sim, mas no ano de 2011, não é uma perspectiva dos 4 anos.

E estamos garantindo a manutenção dos serviços fundamentais para a população. Então, para a ampliação do REUNI, já liberamos 3.600 professores para as universidades. Também liberamos professores para as escolas técnicas, que ficaram prontas e precisavam iniciar as aulas. Foram mais 4 mil professores de escolas técnicas, entre outros na área de licenciamento ambiental.



Estamos fazendo, como eu disse em outros momentos, uma análise com lupa para avaliar aqueles que são efetivamente necessários.

Redução das despesas discricionárias. São 36 bilhões de reais. Nós fizemos um esforço. A equipe da Dra. Célia Corrêa, da Secretaria de Orçamento Federal — SOF, fez um trabalho muito bom com todos os Ministérios, em que cada Ministério pôde apresentar suas prioridades, sintonizadas com a definição da Presidenta de preservar os investimentos e os principais programas sociais do Governo.

Quería, inclusive, mostrar a V.Exas. o quadro a seguir. Além do PAC totalmente preservado, a Educação teve um aumento de 4,6 bilhões de reais, mesmo com o ajuste de 1 bilhão; a Saúde vai ter um aumento, neste ano, de 9,7 bilhões de reais em relação a 2010; e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, mais 1 bilhão de reais.

Então, só nesses 3 Ministérios houve um acréscimo de mais de 15 bilhões de reais, que, juntamente com a decisão de manter o PAC — daqui a pouco vou falar do Minha Casa, Minha Vida —, demonstram, com clareza, a orientação do Governo de preservar do corte o que é prioridade para o País: os programas sociais e os investimentos que garantam desenvolvimento sustentável.

Programa Minha Casa, Minha Vida, origem do convite do Deputado Heuler Cruvinel. Quero dizer que os recursos disponibilizados em 2011 são quase 5% superiores aos recursos de 2010. Então, eles são suficientes para dar conta do que já foi contratado até o ano passado, na primeira etapa do programa. E serão suficientes — acho que amanhã se vota a medida provisória. O Relator, o Deputado André Vargas, está ali. Parece que a medida provisória será votada amanhã na Câmara dos Deputados.

Estamos mantendo a meta de 2 milhões de unidades, que foi lançada na segunda etapa. V.Exas. podem ver que, em termos de Orçamento da União, neste ano, nós teremos um pouco a mais do que no ano passado. O subsídio do Fundo de Garantia, no mesmo patamar. E o recurso para financiamento do Fundo de Garantia sobe de 19,4 bilhões para 21 bilhões de reais, num total de 41,1 bilhões de reais, o que garante a continuidade desse programa que considero não só um êxito, mas acho que todos aqui consideram fundamental para o crescimento do País e para dar condições dignas de moradia para o nosso povo.

Redução das despesas discricionárias. No dia 1º de março, a Presidenta fez um decreto limitando diárias e passagens. No caso de áreas de fiscalização e poder de polícia, nós fizemos um corte de 25%. Em todas as outras áreas, nós reduzimos, limitamos os gastos com diárias e passagens à metade. Além disso, nós restringimos quem pode autorizar diárias e passagens. Concentramos nos Ministros todas as viagens internacionais e em grandes grupos de viajantes ou em um grande número de diárias. O máximo de delegação é para as unidades externas. E mesmo estas, a partir de cotas definidas por cada Ministro, do contrário ele não pode delegar.

Além disso, suspendemos contratações para aluguel, aquisição e reforma de imóveis; aluguel de veículos, máquinas e equipamentos.

Um outro tema relacionado à consolidação fiscal são os vetos à LOA de 2011, fruto também do convite do Deputado Claudio Cajado.

Os vetos têm basicamente 2 blocos. O primeiro deles, manutenção de rodovias, no montante de 241 milhões de reais. O objetivo foi evitar sobreposição de programações.

Há algum tempo, o Governo Federal decidiu, no caso de manutenção — não de investimentos em rodovias, ampliação, duplicação etc. —, ter uma dotação para cada Estado. Por quê? Porque isso dá maior flexibilidade ao DNIT para atender ao conjunto do Estado.

Quando se carimba um recurso para um trecho de rodovia, se houver problema em outro trecho é preciso mandar uma suplementação para o Congresso para poder atender àquele problema. Isso atrapalha a manutenção das rodovias. Por essa razão, fizemos os vetos.

Só para os senhores saberem, temos, no PAC, para a manutenção de rodovias, 4,3 bilhões de reais, o que nos parece bastante razoável para manter a malha rodoviária federal sem precisar ficar carimbando trechos de BRs.

Em relação às programações ressalvadas, aqui há uma coerência com o que nós mandamos na LDO: conter a expansão desse tipo de despesa, que só amarra o nosso Orçamento.

Aqui, quero fazer uma pequena observação. Quando nós fizemos essa discussão no interior do Governo, não foi simplesmente uma canetada; a decisão foi refletida. Nós identificamos para onde iria todo este 1 bilhão e 382 milhões de reais. Sabemos que há Parlamentares que foram muito prejudicados com essa medida porque concentraram suas emendas em áreas que foram vetadas. Então, a conversa que tivemos no

[P11] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:11 Taq.:Márcia Luisa Rev.:



interior do Governo é que quando a Secretaria de Relações Instituições — está aqui o Sr. Luiz Azevedo — fosse discutir com o Congresso a liberação de emendas, levaria isso em consideração, para que esses Deputados não fossem penalizados por causa dessa decisão pelo veto. Então, este é um compromisso do Governo: quem concentrou 90%...

**O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA** - Peço a minha inscrição, por favor.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Pois é. É isso aí, Senador Inácio Arruda.

Plano Plurianual, muito rapidamente. Aqui também em resposta ao convite dos Deputados Rui Costa e Amauri Teixeira, da Comissão de Finanças e Tributação.

Nós estamos começando a fazer o Plano Plurianual, que será enviado ao Congresso no final de agosto, como manda a Constituição. Nós achamos que o PPA é um instrumento fundamental que a Constituição de 1988 trouxe para o planejamento público, e temos interesse em valorizar esse instrumento.

Acreditamos que durante o período do primeiro mandato do Presidente Lula conseguimos aumentar a sintonia entre o PPA e os compromissos de Governo, entre outras medidas, com aquela de fazer o PPA rolante: vamos atualizando o PPA e ele continua...

Por exemplo, o PROUNI, cuja importância não é preciso mencionar, não estava no primeiro PPA, ele é fruto do ano seguinte. Mas ele passa a incorporar, na sequência, o PPA. Então, essa foi uma medida importante.

A segunda medida foi a discussão com a sociedade. O que nós queremos fazer com o PPA 2012/2015? Nós queremos que ele seja capaz de dar conta da cada vez maior complexidade das políticas públicas no País. O momento que o País vive exige políticas públicas muito mais complexas, intersetoriais e interfederativas, e aplicadas no território.

Por isso, estamos trabalhando, como está aqui, para resgatar a função de planejamento, valorizar o PPA como instrumento de planejamento de cada um dos Ministérios e do Governo: que ele incorpore, de fato, os compromissos da Presidenta; que ele se torne um instrumento gerencial do Governo, e não mais um papel que eu preciso preencher; e que ele possibilite que sejamos capazes de fazermos um monitoramento mais efetivo das ações do Governo, especialmente aqueles relativos aos fóruns que a Presidenta Dilma Rousseff criou: o da infraestrutura, o da erradicação da extrema pobreza, o do desenvolvimento econômico, o dos direitos de cidadania.

Alem disso, criar espaço para a questão da intersetorialidade e da aplicação regional dos recursos. Vamos fazer, no início de junho, a discussão pública com a sociedade, para ter maiores contribuições, antes de enviar ao Congresso Nacional.

Quero dizer que esses desafios que estamos apresentando para enfrentarmos em relação ao PPA não implicam nenhuma mudança relativa ao atual arcabouço institucional do PPA. Nós não mexemos no que é constitucional nem infraconstitucional, mas vamos trabalhar para torná-lo, de fato, um instrumento de gestão. Quando o Governo mandar o PPA, nós vamos realizar uma audiência pública aqui, que certamente será o espaço bastante adequado para essa discussão.

O meu último ponto — como diriam os americanos, é o último, mas não menos importante — é a questão dos Restos a Pagar. *(Pausa.)*

O decreto citado aqui — não me lembro mais o número —, em dezembro, na verdade, já foi um trabalho que o Governo avaliou naquele momento, inclusive discutido com a Presidenta, no sentido de darmos maior tempo aos Prefeitos, porque, em geral, as emendas são... E não só emendas, mas também as programações dos Ministérios são realizadas pelas Prefeituras; um pouco pelos Estados, mas, fundamentalmente, Prefeituras. Então, nós demos, com aquele decreto, mais 4 meses para o processamento dos Restos a Pagar — RAP não processados.

Os senhores sabem que o decreto engloba os Restos a Pagar de 2007, 2008 e 2009 não processados. O Presidente está me ajudando aqui, é o Decreto nº 7.418.

Esse é um dado de uma semana, porque todo dia, na hora em que processa, muda o número, mas nós temos 9 bilhões e 800 de RAP não processados. Temos uma parte pequena obrigatória, excetuados Saúde e PAC, que o decreto de dezembro já excepcionalizava. Desses, em 2007, são 550 milhões. Em 2008, 1 bilhão e 400; em 2009, 3 bilhões e 300.

Em algumas ocasiões, recebi Parlamentares lá no Ministério, alguns inclusive estão aqui. Vários nos apresentaram sugestões de como tratar esse tema. Nós resolvemos fazer um pente-fino, para entender a situação de cada um deles. A Secretária Célia Corrêa e a equipe do Secretário Arno Augustin, junto com a Caixa Econômica, todos os Ministérios e a Secretaria de Relações Institucionais — SRI, se envolveram profundamente

[P12] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:12 Taq.:Carlos Eduardo Rev.:





nesse trabalho. Na semana passada, eles nos apresentaram uma parte dos dados. Precisavam finalizar. Esse trabalho está sendo finalizado hoje. Nós pretendemos, então, levar à Presidenta amanhã ou depois de amanhã, dependendo da sua agenda, para uma definição a respeito disso. Temos até o dia 30 para essa definição.

Uma das minhas tarefas aqui hoje é exatamente ouvir, além daquelas sugestões que já me foram apresentadas, outras sugestões de como tratar essa questão. Nós precisamos resolvê-la até o próximo dia 30.

Com isso, encerro a minha fala inicial. Desculpe-me, Presidente, se eu me estendi, mas eram muitos temas. Coloco-me à disposição para as questões que V.Exas. considerarem necessárias.

Obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradecemos a V.Exa. A Sra. Ministra demonstra objetividade, didática, transparência e segurança no seu desempenho.

**O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra, pela ordem, o poeta do Ceará, Senador Inácio Arruda.

**O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA** - O poeta aqui é o Senador Vital do Rêgo. Isso dá rima que não acaba mais. Não vou nem começar, porque brincadeira com o Senador Rêgo não dá certo.

Peço a palavra pela ordem — já me inscrevi com o Luizinho para tratativas particulares — apenas para fazer uma solicitação que V.Exa. já tratou, Ministra Miriam, a respeito dos concursados aqui presentes. Eles fizeram um abaixo-assinado de Senadores e me incumbiram de fazer a entrega.

Embora V.Exa. já tenha mostrado que há acessibilidade, que está sendo feito um trabalho no Ministério do Planejamento para tratar do assunto, vou entregar o abaixo-assinado, porque tenho de cumprir todas as minhas tarefas. Essa foi uma. Estou aqui com um abaixo-assinado de 51 Senadores. Então, é relevante que V.Exa. possa também receber esse documento. Antes, colho a assinatura do nobre Senador Pedro Taques.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa., Senador Inácio Arruda.

O debate será, neste momento, iniciado. Agradeço a compreensão dos senhores com o silêncio imprescindível para a manutenção da ordem.

Darei a palavra, inicialmente, aos autores dos requerimentos nas três Comissões. Esperamos o poder de síntese, em um tempo menor do que 5 minutos para cada um dos participantes. Concederemos em torno de 3 minutos, até porque são seis Parlamentares, abrindo com o Democratas.

Meu querido companheiro Claudio Cajado está com a palavra V.Exa.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Muito obrigado, Presidente. Quero cumprimentar V.Exa. e os demais membros da Mesa, em especial a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior.

Ficamos felizes por V.Exa. aceitar o convite, feito de forma plural por várias Comissões, para explanar assuntos importantíssimos para o País.

Ministra, o País espera uma posição de V.Exa. e do Governo Dilma a respeito de algumas questões que vamos levantar agora.

A primeira delas, vou iniciar pelo final da explanação de V.Exa.: as sugestões em relação ao Decreto nº 7.418, que trata dos Restos a Pagar não processados em 2007, 2008 e 2009.

Como V.Exa. pediu a sugestão, já vou aqui ofertá-la. Simplesmente prorrogar o decreto, porque temos vários vieses. Primeiro, o decreto atinge, com a expressão “não processados”, obras em andamento, obras que não foram iniciadas e processos que estão praticamente licitados ou em fase final de licitação e que terão, se o decreto permanecer, fulminados de morte o seu pretenso início; e as obras que estão em andamento ficarão como elefantes brancos no País.

Queria justificar essa sugestão com uma simples razão. Primeiro, não podemos punir os gestores que assinaram os convênios, grande parte Prefeitos, mas também uma grande parte Governos de Estados.

O Governo da Bahia, por exemplo, tem dezenas de convênios que o decreto simplesmente atinge e prejudicará não apenas os Municípios, mas o Estado como um todo, porque muitas dessas obras são estruturantes.

Portanto, se formos levar em consideração que os convênios assinados com alguns Ministérios, como, por exemplo, o Ministério das Cidades, passam necessariamente pela intervenção da Caixa Econômica Federal, que às vezes leva de 2 a 3 meses para analisar um projeto, envia em diligência ao conveniado e espera mais 30 a 60 dias para obter resposta e mais 3 meses para fazer a réplica, só aí são quase 9 meses, dois terços de um ano. É impossível que se puna apenas um lado, que seria o lado dos gestores, sejam Prefeitos e Prefeitas ou Governadores e Governadoras de Estado.

[p13] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:13 Taq.:Denise Honda Rev.:



Com isso, acho que pontuamos claramente essa crítica construtiva de que esse decreto só atinge um lado, só prejudica um lado, que é o lado de quem fez o convênio.

Então, se a intenção é fazer com que haja um corte nas despesas de investimento etc., essa não é a melhor opção, porque prejudica Municípios brasileiros que não têm de onde tirar recursos para investimentos.

Portanto, fica aqui ofertada a V.Exa. a sugestão de prorrogação de, no mínimo, 6 meses, porque muito desses processos estão em fase final para serem iniciados ou completados. O termo "não processados", Ministra, tem a ver com o termo contábil, porque parece que não há consenso nem no Governo sobre o que significa "não processados". Contabilmente, tem que ser liquidado. E para ser liquidado tem que estar 100% executado. Imputar ao Ministro que assinou o convênio a responsabilidade de liquidar um processo que não está executado 100% vai criar futuramente um problema para o Governo Federal, nos Ministérios que assinarem esse decreto.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - V.Exa. dispõe de apenas mais 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Sr. Presidente, peço a V.Exa. que tenha um pouco de tolerância. Serei objetivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Por mim, ouviria V.Exa. durante toda a noite. O nobre Deputado sabe da amizade e do carinho que tenho por V.Exa., mas se não definirmos...

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Eu sei.

Ministra, foram três os objetos do meu requerimento. Este foi o primeiro. Portanto, ofereço à Ministra a sugestão, porque tenho certeza de que não apenas a Secretaria de Relações Institucionais...

*(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Vamos ouvir o Deputado Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - O segundo objeto diz respeito aos vetos à lei orçamentária. E permita-me dizer que ou entendi errado ou houve dois pesos e duas medidas.

Por quê? O Governo, na LDO, apresenta a justificativa de que determinados programas não poderão ser contingenciados, ou seja, define conceitualmente que aquele programa é importantíssimo e merece ter sua continuidade assegurada até com o não contingenciamento. Os Parlamentares apresentam emendas nesse sentido: *"Bom, nós consideramos que esses programas realmente são importantes e vamos fazer com que os Municípios brasileiros possam ingressar nesses programas"*. E, de repente, não se pode contingenciar e o Governo veta.

Esse é um artifício para fazer com que o conceito caia por terra. A obra é importante e não pode ser contingenciada, as emendas apresentadas pelos Parlamentares com esse conceito foram aprovadas pelo Congresso e depois elas são vetadas pelo Executivo. Eu não entendi.

Qual é o conceito errado? O do Executivo, que disse que essas obras são importantes e não podem ser contingenciadas, ou o do Legislativo, que acreditou e teve uma surpresa com o veto?

Por outro lado, vemos que houve incremento na arrecadação. De janeiro a março de 2011, em relação a janeiro a março de 2010, houve quase 20% a mais de arrecadação, ou seja, o Governo está fazendo o seu superávit. E seria crível, aceitável, fazer investimentos importantes para o País, principalmente tirando a prerrogativa do Congresso Nacional de decidir sobre a matéria orçamentária, ficarem com o veto?

Queremos debater essa questão em outro momento, Sr. Presidente e Sra. Ministra, porque o Governo não pode legislar somente sobre matéria orçamentária. Se a palavra final cabe ao Congresso Nacional, o que temos feito aqui não tem sido aceito pelo Governo, diante das mudanças.

Não falo apenas sobre a aprovação das emendas que são objeto de discussão no Congresso Nacional. Temos por tese o respeito às diferenças regionais, aos Estados da Federação, à prerrogativa que os Municípios têm de serem representados pelos seus Parlamentares, mas, acima de tudo, às políticas públicas, que nós consideramos importantes implementar.

Gostaria de ouvir V.Exa. sobre o seguinte: é importante que o Congresso dê a palavra final e o Executivo, em parceria com o Legislativo, possa fazer com que as políticas públicas se efetivem no País, ou a palavra única e monocrática é do Executivo?

Essa é a discussão que precisamos travar. E essa questão do veto traz à baila esse tema.

Por último, Sr. Presidente, em 1 minuto queria, em relação...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Já se passaram 7 minutos, Deputado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Em relação ao contingenciamento...

**O SR. DEPUTADO DEVANIR RIBEIRO** - Deputado Cajado, eu também quero falar.



O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Eu sei, Deputado Devanir. V.Exa. vai falar, para nossa alegria.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado Cajado, conclua.

O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO - Em relação ao contingenciamento, V.Exa. deixou clara a questão. V.Exa. disse que para o Programa Minha Casa, Minha Vida não vai haver solução de continuidade. Mas houve um corte de 5 bilhões de reais, o que corresponde a quase 40% do que estava previsto originalmente. O Governo errou nas contas, já que, originalmente, apresentou esses números e depois, com o contingenciamento, manteve esses números, ou ele vai rever, como está revendo, a meta?

Então, é importante que tenhamos em mente se esse corte será apenas provisório ou se esse corte se efetivará até o final, havendo ou não excesso de arrecadação, como já se demonstrou que está havendo neste primeiro trimestre.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Claudio Cajado.

Com a palavra o Deputado José Priante, também autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, quero saudar a Ministra, cumprimentá-la pela diligente atenção à Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação. Com certeza, a audiência desta Comissão já retrata a ansiedade do Poder Legislativo em ouvi-la, em atentar para os dados apresentados por V.Exa. nesta tarde/noite.

Lamentavelmente, os Prefeitos e os outros governantes haverão de tomar chá de maracujá por mais alguns dias, no sentido de aguardarem uma informação, que foi e é um sentimento político generalizado neste País: ver os Restos a Pagar prorrogados, em função exatamente do que foi bem dito aqui pelo Deputado Cajado, os Municípios mais pobres, mais carentes, que passam por mais dificuldades, lá dos rincões do Norte, do Pará, minha terra, e do Nordeste estão aguardando esse gesto do Governo. E foi esse o sentimento que levou esta Comissão e outras Comissões a fazerem ao Governo um apelo no sentido dessa prorrogação.

Se fizermos uma continha rápida aqui, de maneira bem geral, ampla, o ano passado foi um ano de eleição. Três meses antes da eleição e 3 meses depois da eleição, em função do processo eleitoral, houve uma suspensão de praticamente todos os encaminhamentos de medição, de pagamento de todas as ordens.

No ano passado, o Orçamento atrasou. Só foi sancionado em fevereiro. Em março houve o contingenciamento do Orçamento, greve da Caixa Econômica, uma série de fatores que não podem ser, efetivamente, desperdiçados como parâmetro de avaliação desse processo.

É claro que nós sabemos que os Restos a Pagar, na conta do Orçamento, acabam sendo uma espécie de orçamento paralelo. Aliás, fica para o novo Relator da LDO uma avaliação a ser feita junto com esta Comissão e com o Parlamento de modo geral do que aconteceu há alguns anos. Existia um dispositivo na própria LDO que já definia uma espécie de regulamentação do critério da proporcionalidade, o que seria prorrogado dos Restos a Pagar e o que não seria.

Mas eu acho que se viveu uma situação atípica nos últimos meses, Ministra, que pode e deve sensibilizar o Governo — essa é uma expectativa que têm todos os Prefeitos e Governadores do Brasil com relação ao Governo da Presidente Dilma. Eu me somo a essa expectativa. Tenho certeza de que não haverá essa frustração dos gestores deste País afora, particularmente dos mais pobres, dos que mais estão na expectativa, porque não têm capacidade de promover investimentos em seus Municípios.

Concluindo, destaco que eu me somo à expectativa de todos aqueles que aguardam essa resposta positiva do Governo Federal. É esse é o sentimento dos gestores do meu Estado, o Pará, da Capital Belém e de todo o Norte do Brasil.

Ministra, tenho certeza de que a influência de V.Exa., levando todo o sentimento que está sendo expressado aqui, convencerá internamente o Governo a prorrogar esse prazo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Priante a obediência, como sempre, ao horário.

O SR. DEPUTADO JOSÉ PRIANTE - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Com a palavra o Deputado Amauri Teixeira, da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Inicialmente, Ministra, quero parabenizá-la. Um dos nossos objetivos ao convidá-la foi exatamente para prestar esse esclarecimento.

[P14] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:15 Taq.:Nini Rev.:



O Governo Dilma tem-se caracterizado pela presença de todos os seus Ministros nesta Casa para vir prestar esclarecimentos — e como convidados, não só por obrigação constitucional. Hoje, pela manhã, esteve aqui o Ministro José Eduardo Cardozo; o Ministro Padilha já esteve aqui diversas vezes; também já esteve o Ministro Afonso; o nosso ex-Senador, Ministro da Ciência e Tecnologia, já esteve aqui e virá novamente.

O Governo tem travado um diálogo permanente no sentido de estabelecer uma boa convivência com o Parlamento. Mas mesmo sendo da base, mesmo concordando com as medidas — elas são necessárias para debelar a inflação e para segurar o ritmo —, achamos que deve haver nelas alguns ajustes.

Primeiro, concordamos que o decreto deve ser prorrogado, não só porque há obras iniciadas — sabemos que um dos grandes prejuízos deste País é iniciar obras e não terminá-las —, mas compras já foram feitas, máquinas foram compradas. O Prefeito de Amargosa esta semana me disse que comprou máquina de convênio e que a compra vai ser cancelada. Os pequenos e médios Municípios, sobretudo do Norte e Nordeste deste País, não têm como arcar.

Ministra, preocupa-nos não só garantir — e nos alegra ter garantido para a Saúde e para a Educação um aumento nos investimentos... Preocupava-nos muito, e V.Exa. trouxe um esclarecimento bastante necessário, o corte na área de Educação, a implementação dos Institutos de Educação e Pesquisa, os IEPs. Fui a Irecê. Inclusive, lá se dizia que os ares-condicionados dos IEPs de Irecê não seriam instalados em função de cortes. Fico muito satisfeito com o esclarecimento de V.Exa. de que não haverá corte, mas aumento de recursos para essas áreas, sobretudo para a Saúde e a Educação. Mas também nos preocupa...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - V.Exa. tem mais um minuto.

**O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA** - Vou concluir. Não vou fazer como fez o Deputado Cajado.

Mas também nos preocupa não só garantir investimentos para áreas essenciais, tanto de infraestrutura econômica como sociais, como para setores estratégicos de Governo.

O corte de diárias da Receita Federal tem de ser melhor precisado, para não impedir seu funcionamento, assim como na contratação de pessoal para a Receita Federal e para o Ministério do Trabalho, que é essencial para o combate do trabalho escravo; para a Polícia Rodoviária Federal... Na Bahia, Ministra, o número de mortes aumentou muito; passou de 6, no ano passado, para 22 neste ano. É preciso identificar, porque isso reduz...

O IPEA é um órgão de um setor estratégico. Então, há diversos órgãos estratégicos no Governo que precisam ter garantidos seus investimentos, como a ANATEL e outros, para manter o Estado brasileiro funcionando no mesmo nível, para manter, inclusive, o desenvolvimento econômico deste País.

Ministra, gostaria de parabenizar V.Exa. e dizer que confiamos que esses cortes serão feitos com critério.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Amauri Teixeira.

Com a palavra o Sr. Deputado Rui Costa.

**O SR. DEPUTADO RUI COSTA** - Sr. Presidente, parabeno a Ministra Miriam Belchior pela sua apresentação e toda a área econômica do Governo pelo foco que tem mantido no combate à inflação, sem perder de vista a necessidade de manutenção dos investimentos, porque são esses mesmos investimentos que, num futuro breve, nos ajudarão a combater a inflação à medida que criam condições para o País crescer, desenvolver-se e melhorar a oferta, o que com certeza ajuda o País a gerar emprego e a evitar a inflação.

Por isso, parabeno a Ministra por sua apresentação e pela política firme de combate à inflação, sem perder o horizonte na geração de emprego, moderando o crescimento e o consumo.

Ministra, percebe-se, pela fortíssima audiência nesta Comissão hoje à tarde, que o tema que todos querem discutir mais urgentemente nesta Casa, além da fundamental importância da LDO e do PPA, é a questão dos Restos a Pagar.

Tenho certeza de que a Presidente Dilma vai analisar o tema com carinho, com base nos dados levantados por toda a equipe técnica do Governo.

Eu, que sou Deputado de primeiro mandato, assumi agora, portanto, não tenho emendas de 2007, 2008 e 2009. Tenho convivido com um conjunto de Prefeitos — do meu e de outros Estados — e Governadores, como o do Estado da Bahia, e ouvido deles a respeito de recursos importantes que estão alocados para investimentos nos Municípios e nos Estados, e que são frutos dessas emendas.

Nós temos, evidentemente, um grande gargalo. Deixo uma sugestão para a área técnica do Governo analisar. Não é possível haver procedimentos similares para obras de importância, vulto e investimentos muito diferentes. Uma pequena quadra construída num colégio municipal não pode ter o mesmo procedimento de

[p-5190615] Comentário:  
Sessão:0314/11 Quarto:16 Taq.:Núbia  
Rev.:

[P16] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:17 Taq.:Márcia Luisa Rev.:



investimentos de 5 milhões, 10 milhões, 20 milhões num Estado ou num Município, como é feito hoje. Não é possível que obras cujos procedimentos tenham sido iniciados sejam várias vezes analisadas por técnicos diferentes; cinco, seis, oito, às vezes dez técnicos pegam um processo e cada um encontra uma vírgula diferente em cada lugar.

Portanto, o número de Prefeitas e de Prefeitos ansiosos, eu diria até o Governo do Estado... Há obras importantes, como a real estruturação da Feira de São Joaquim, feira popular importantíssima, na qual trabalham quase 20 mil pessoas, que dependem dessas emendas que foram apresentadas. Por isso, é urgente e necessário que, por unanimidade, aprovemos também em nossa Comissão o adiamento.

Esse adiamento se faz necessário até para o próprio Governo ter, de forma mais detalhada, um raio X mais preciso da condição de cada obra. Assim, em breve, daqui a 2, 5, 6 meses, quando o corte for feito, que seja um corte mais cirúrgico, limpando esse passivo do que não irá se realizar ou do que não tenha, efetivamente, condições de se materializar, e preservando o que... Até porque, como V.Exa. mesma falou, há importância em se manter os investimentos porque muitas dessas emendas, a maioria delas, são destinadas à infraestrutura, algumas na área de saúde, na área de educação e urbana. Por isso a necessidade urgente que os Municípios ou os próprios Estados têm da manutenção dessas emendas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Rui Costa.

Com a palavra o Deputado Heuler Cruvinel, também do Democratas, pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara, para que nós concluamos a participação de todos os autores de requerimentos.

**O SR. DEPUTADO HEULER CRUVINEL** - Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Sra. Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, a quem, primeiramente, quero agradecer por atender ao nosso requerimento para que aqui estivesse hoje, a fim de fazer a explanação sobre a LDO para 2012 e também prestar esclarecimentos sobre a dotação orçamentária para 2011, nesta junção das três Comissões.

Lógico que os Restos a Pagar são de importância para todos os Prefeitos, os quais estão esperando essa prorrogação de, no mínimo, 6 meses, até 31 de dezembro deste ano. Mas o que eu quero falar é relativo ao Programa Minha Casa, Minha Vida.

Na condição de candidata, no ano passado, a Presidente Dilma havia assegurado que nenhum contingenciamento que se fizesse necessário atingiria programas sociais do Palácio do Planalto. Porém, há alguns dias, foi anunciado que o Governo bloqueou 40% do Orçamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, que oferece moradias à população de baixa renda, às pessoas carentes.

Sendo esse programa uma das principais bandeiras de campanha da Presidente Dilma e sendo que a dotação orçamentária desse programa residencial, que era de 12 bilhões e 700 milhões de reais para o ano de 2011, foi reduzida para 7 bilhões e 600 milhões de reais, V.Exa. não considera incoerente o corte de verbas nesse programa, no valor de 5 bilhões e 100 milhões de reais, sendo que houve a ampliação da máquina governamental, com a manutenção dos 37 Ministérios já existentes e a criação de outros, e também a criação da Autoridade Pública Olímpica?

É só isso, Sr. Presidente, economizando o tempo gasto pelo meu colega Claudio Cajado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Vamos somar os dois e dar a média.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Se V.Exa. me permitir, eu posso usar o resto do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - O Deputado Cajado é uma figura!

Indago aos Srs. Presidentes das Comissões envolvidas na reunião se desejam fazer uso da palavra. Com certeza, farão.

O 1º Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados, o queridíssimo Deputado Roberto Britto, tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO BRITTO** - Ministra, gostaria de parabenizá-la pela sua exposição, realmente brilhante, muito clara, objetiva. Fiquei satisfeito com a sua exposição.

Mas tenho aqui algumas questões que eu gostaria que, se possível, V.Exa. esclarecesse.

O problema deste Decreto nº 7.418, que é o decreto das emendas — vamos considerá-lo assim —, sobre o qual por demais os colegas já comentaram, nós estamos sabendo muito claramente.

Porém, o que me deixa preocupado é que o Governo Lula criou o Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, que tem um resultado fantástico. Sabemos o que ele representou e o que representa para o nosso País. E V.Exa. foi uma daquelas pessoas que realmente conduziu essa locomotiva do PAC. E as emendas parlamentares, Ministra, são um verdadeiro PAC dos pequenos Municípios.

[p17] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:18 Taq.:Ângela Ventura Rev.:



Eu sou da Bahia, do Nordeste, e sabemos que as cidades de 3 mil, 4 mil habitantes não têm FPM, não têm ICMS do Governo Federal e muito menos receita própria. Então, vivem e sobrevivem sobremaneira das emendas dos Parlamentares.

Essas emendas não podem ser contingenciadas. Essas emendas, Ministra, têm que ser aplicadas para o bem dos Municípios, para o bem do nosso País; caso contrário, V.Exa. verá a falência dos pequenos Municípios.

Eu falo isso porque sou votado em 415 Municípios do Estado da Bahia, que tem 417 Municípios. Conheço praticamente todos os Municípios da Bahia e sei dos problemas neles existentes.

Faço aqui um apelo, em nome do povo baiano, em nome do povo brasileiro, para que V.Exa. possa, com sua sensibilidade e sua alma feminina, prorrogar esse decreto até o final do ano.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de trazer outra questão também referente a isso. É o problema da Caixa Econômica Federal. Não temos nada contra a Caixa, só elogios a fazer. Mas, Ministra, o que estão fazendo com a Caixa e o que a Caixa está fazendo conosco é um verdadeiro absurdo. A Caixa não tem funcionários, não tem técnicos para fazer análise. É preciso, Ministra, que se coloquem outros bancos — como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste — para que possam fazer análise dos projetos. Esses projetos não podem ficar à mercê dos técnicos, porque nós estamos sendo prejudicados em função da falta de técnicos para a análise dos projetos. Esse é o apelo que faço.

A Comissão de Desenvolvimento Urbano sente-se extremamente honrada em estar participando desta sua apresentação, e eu tenho certeza de que V.Exa. virá outras vezes, pela sua simpatia e cordialidade.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Roberto Britto.

Peço que a assembleia continue com a mesma disciplina e o mesmo silêncio. A reunião está correndo com a máxima disciplina e a compreensão de todos os Deputados.

Com a palavra o economista e companheiro Presidente da Comissão de Finanças e Tributação, Deputado Cláudio Puty. É assim a pronúncia?

**O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY** - Sim, é indígena.

Obrigado, Senador Vital do Rêgo. Gostaria de saudar, em seu nome, todos os membros da Mesa e das Comissões, particularmente da Comissão de Finanças e Tributação, que presido.

Sra. Ministra, quero parabenizá-la. A apresentação de V.Exa. esclarece para a imprensa e para todos nós Parlamentares alguns dos elementos que fazem o Governo Dilma como continuação do Governo Lula ser um sucesso.

Ao colocar na LDO duas importantes prioridades, o combate à pobreza extrema e o PAC, acenamos que a inclusão social é um dos elementos centrais que marcou nosso projeto nos últimos anos e nos vai guiar também nos próximos.

Como mencionou o Deputado Roberto Britto — quem já participou de um governo sabe que se tem de ter foco, como em tudo na vida —, o objetivo do Governo Federal é ter foco e mirar nas obras que vão destravar a logística do País e possibilitar taxas de crescimento sustentável.

Saimos do varejo e entramos numa nova fase: o Governo planeja o seu futuro. Em um ano de PPA, isso é fundamental. Então, a primeira LDO do Governo Dilma sinaliza claramente um rumo para o País. Isso é fundamental.

Quero também tecer alguns comentários sobre outros itens associados à apresentação de V.Exa. que têm sido tema de debate na imprensa — vale a pena para aqueles como eu, da base do Governo, empreender tanto com a Oposição quanto com setores que considero excessivamente conservadores da nossa valorosa imprensa. Ficou muito claro em sua apresentação, pelos resultados dos primeiros 3, 4 meses do ano, que o esforço de ajuste fiscal do Governo é consistente. Há um contingenciamento acima da média do contingenciamento dos últimos anos, uma sinalização importante de que o Governo não vai medir esforços no sentido de, no momento em que superamos a crise econômica, que aqui no Brasil assumiu mesmo aspectos de marolinha, acumularmos gordura, cortando alguns gastos ineficientes. O resultado do Governo nesses primeiros meses sinaliza que há compromisso com a austeridade fiscal. Porém, não uma austeridade fiscal feita em anos talvez de não tão boa memória, uma austeridade fiscal que tratava qualquer gasto como algo a ser contingenciado, até mesmo as despesas de investimento necessárias para destravar o País.

Ao retirar a possibilidade das obras do PAC do cálculo do superávit primário, seguindo aquele movimento feito anteriormente de retirada de investimento da PETROBRAS, do grupo ELETROBRÁS, o

[p18] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:19 Taq.:Waldeciria Rev.:



Governo sinaliza que, de um lado, organiza as contas públicas e, de outro, consegue orientar no sentido do crescimento sustentável. Isso está presente nessa outra LDO e é um elemento fundamental para que consigamos conter a inflação a partir da disciplina fiscal e, ao mesmo tempo, avançar na capacidade instalada.

Por fim, outro debate diz respeito às, talvez, mal interpretadas ações do Governo no que se refere às ações do TCU para o embargo de algumas obras fundamentais. Não é correto, do ponto de vista do crescimento econômico, daquilo que almejamos para os próximos anos, que relatórios preliminares, sem acórdãos, sem decisão monocrática de Ministro do Tribunal de Contas, possam paralisar obras.

Quero saudar o Governo por se mostrar absolutamente aberto a prestar informações ao Tribunal de Contas da União no sentido de pedir, por meio da LDO, a possibilidade de enviar as informações antes que as obras sejam paralisadas. Como se mostrou aqui e foi noticiado pelo jornal *O Globo*, das trinta e tantas obras paralisadas com simples informações adicionais, 12 já foram liberadas.

Portanto, não podemos penalizar o País. Queremos, sim, rigor na fiscalização, austeridade, abertura das contas, combate à corrupção, mas não podemos, com relatórios preliminares, paralisar obras tão importantes.

Parabéns a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Cláudio Puty.

Com a palavra o meu queridíssimo colega, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, uma das maiores autoridades do Senado, Senador Delcídio do Amaral.

**O SR. SENADOR DELCÍDIO DO AMARAL** - Cumprimento o Presidente, o Senador Vital do Rêgo; o Vice-Presidente da Comissão de Orçamento; os Senadores e Senadoras, os Deputados e Deputadas Federais presentes. Cumprimento também os Presidentes de Comissão, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Relator da LDO 2012, e especialmente a Ministra Miriam Belchior e a sua equipe.

Eu quero registrar, Ministra, a forma didática, objetiva e ágil da apresentação feita por V.Exa. Primeiro, mostrou o cenário brasileiro, mas mostrou também o cenário internacional. As vezes percebemos, ao longo do tempo, que centram fogo em alguns números da macroeconomia brasileira, mas esquecem que existe hoje uma ocorrência importante, que é a preocupação, em vários países, com a inflação, sobretudo a inflação relacionada a *commodities*, o que ficou muito claro na exposição de V.Exa.

O compromisso com a meta de inflação de 4,5% é a maior preocupação do Governo, que vai perseguir de todas as maneiras, mas entendendo que o Brasil está comprometido com o crescimento, mantendo, portanto, taxas de crescimento ao longo do Governo da Presidenta Dilma próximas de 4,5%, 5%.

É importante registrar os cortes que foram feitos até para que se revertesse o quadro de crise que havia em 2009. Muitas pessoas afirmam que estão cortando agora porque gastaram muito lá atrás. Não é verdade. É que a realidade era diferente da que vivenciamos hoje.

A questão do superávit mantido em 3%, dentro daquilo que vinha sendo projetado. São números muito importantes, especialmente no que se refere — é fundamental registrar isto — à relação entre dívida pública e PIB, que está caindo, hoje de 37%, aproximadamente, mas com previsão de 25,7% para 2015. É um dado absolutamente alvissareiro, uma informação muito importante para todos nós do Congresso Nacional.

Os compromissos do Governo, especialmente com a LDO, com os próximos orçamentos, alinhando as ações do Governo com a LDO. Isso é extremamente relevante. Há preocupação do Governo, particularmente do Ministério do Planejamento, quanto ao alinhamento das ações governamentais com a LDO, para que a LDO seja, de fato, um instrumento de políticas do Governo.

Minha cara Ministra Miriam Belchior, estão aqui vários Senadores e Senadoras da Comissão de Assuntos Econômicos. Considero muito feliz a iniciativa do Senador Vital do Rêgo de chamar todas as Comissões, uma vez que várias Comissões queriam ouvi-la.

Para concluir, também manifesto minha preocupação. Digo isso em nome dos Senadores e Senadoras. O Brasil, fundamentalmente, tem grandes desafios — a infraestrutura, a logística e, acima de tudo, o combate à miséria, que são prioridades da Presidenta Dilma —, mas não podemos deixar de lado, mesmo em se tratando de projeto de bilhões, de milhões, principalmente os eventos originados das emendas parlamentares. Às vezes, quando falamos em 150 mil, 200 mil reais, parece que é pouco, em razão do que vai gastar, por exemplo, a PETROBRAS ou o Programa de Aceleração do Crescimento, mas aquilo impacta o dia a dia dos Municípios, o dia a dia das pessoas. O Brasil existe e vive nos pequenos e médios Municípios.

Eu não tenho dúvida de que a Presidenta Dilma vai avaliar essa questão com muito cuidado, com muita sensibilidade, porque os Prefeitos, as Prefeitas e as comunidades das pequenas cidades e dos médios

[P19] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:20 Taq.:Odilon Rev.:



Municípios esperam por essa decisão. Não podemos interromper emendas que já foram liberadas, serviços que estão sendo prestados. Podem vir a ser suspensos por questões de 2007, de 2008, talvez de 2009. Menciono tratamento que já foi proposto aqui, de extensão talvez do decreto, para que os Municípios se ajustem.

Ministra Miriam Belchior, V.Exa. é uma Ministra dinâmica. Observe também a questão da Caixa Econômica Federal. Os nossos Prefeitos e Prefeitas têm enfrentado muitas dificuldades para viabilizar esses recursos para as suas cidades. Portanto, é necessária uma atenção especialíssima nessa análise dos projetos pela Caixa Econômica Federal.

Para concluir, Sra. Ministra, no que se refere à questão do Tribunal de Contas relatada aqui, que é uma inovação nesta LDO, penso que a decisão de um Ministro é fundamental. Não podemos suspender uma obra com relatório preliminar. Estão aí várias obras paralisadas por causa de relatórios preliminares do Tribunal de Contas da União.

Outro aspecto importante: não podemos comparar obras do Programa de Aceleração do Crescimento — dou como exemplo um que V.Exa. citou, a RNEST — com obras da Caixa Econômica Federal de moradia, de casa popular. Não se pode confundir uma casa de força de uma usina com uma edificação de uma casa popular. São questões bem diferentes.

Pela maneira com que V.Exa. fez sua explanação, com muita competência, acreditamos que vamos fazer um bom trabalho na Comissão de Orçamento. E o Governo, se Deus quiser, vai começar, em 1º de janeiro, com o Orçamento de 2012 já vigente.

Parabéns, Ministra Miriam Belchior.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Senador Delcídio do Amaral.

Vamos ouvir agora os três eminentes Relatores dos projetos que passaremos o ano analisando.

Com a palavra o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Antes de mais nada, quero cumprimentar todos os Srs. Senadores, todos os Srs. Deputados, as lideranças aqui presentes.

Cumprimento a Ministra Miriam Belchior, parabenizando-a pela excelente apresentação desse contexto orçamentário brasileiro.

Quero agradecer a todos os colegas e lideranças que nos apoiaram relativamente a essa missão árdua e delicada de elaboração da LDO. Precisamos contar com o apoio de todos os companheiros. Agradeço, sobretudo, ao Senador Walter Pinheiro, que foi uma das pessoas que, desde o primeiro momento, se colocou junto conosco, bem como ao Sr. Deputado Gilmar Machado, ao Sr. Senador Francisco Dornelles, ao meu amigo Deputado Roberto Britto, Vice-Presidente que participa desta reunião, ao Presidente da Comissão. Agradeço à Ministra do Planejamento a simpatia, aos colegas da SOF, onde passei mais de 15 anos de minha vida.

Estamos muito entusiasmados com essa missão, acreditando que podemos, Ministra, fazer uma caminhada juntos: Ministério do Planejamento, Comissão Mista de Orçamento, nosso Relator-Geral, o Deputado Arlindo Chinaglia, nosso eterno Presidente, Senadora Gleisi Hoffmann, que tem a incumbência de relatar aqui o PPA, peça decisiva para o futuro do Brasil no que diz respeito aos investimentos públicos.

Eu gostaria, Sra. Ministra, de fazer um apontamento para V.Exa. sobre uma questão que nos preocupou. Ao discutirmos a mensagem do Executivo, pudemos ver que o projeto da LDO para 2012 estabelece que a meta de resultado primário do setor público deva ser de 139,8 bilhões, número que V.Exa. nos apresentou há pouco. E esse projeto prevê que essa meta pode ser reduzida em 40,6 bilhões para atender o PAC em 2012.

O Poder Executivo tem-se utilizado até agora desse mecanismo para reduzir a meta na elaboração, mas não na execução. E, em 2011, o Orçamento está sendo contingenciado em 50 bilhões, dos quais 32 decorreram justamente dessa faculdade de abatimento. O dispositivo da LDO, portanto, está sendo utilizado para reduzir a meta de resultado primário apenas na elaboração, mantendo-se, na execução, a meta cheia, o que compromete a execução das demais despesas. Nessa situação, a vigorar, o Orçamento de 2012 poderia ser iniciado já com o contingenciamento desses 40,6 bilhões. Isso provocaria a inexecução de grande parte do orçamento decorrente de contingenciamento durante o exercício futuro. Pergunto a V.Exa. se já existe alguma proposta para equacionar tais problemas futuros. Essa matéria é fulcral dentro desse contexto que passamos já a analisar.

Tenho várias outras perguntas, Sra. Ministra, mas vou me bater ainda mais um pouco nesse aspecto dos Restos a Pagar, que já foi cantado e decantado por vários companheiros. Creio que é muito importante para

[P20] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:21 Taq.:Carlos Eduardo Rev.:

[P21] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:22 Taq.:Raquel Resende Rev.:





esses Prefeitos e para os nossos Municípios. Quando viajamos pelo interior de Minas Gerais, identificamos ainda aquele interior pobre. Aqui ouvi observações do Senador Delcídio e de colegas da Bahia, mostraram também um quadro parecido com essa expectativa que, muitas vezes, eu sinto.

Eu acho que é muito importante que a Presidenta Dilma, apoiada por uma proposta de V.Exa., de fato, possa prorrogar esse decreto, que seria um verdadeiro calote, com inúmeras execuções judiciais já a caminho. Há escritórios de advocacia montados para isso em muitos lugares. Vejo que poderemos desarmar um grande problema burocrático e judicial futuro, mas vejo que esse estoque de Restos a Pagar é crescente a cada final de exercício.

Eu me coloco à disposição dos colegas e de V.Exa. para, talvez, armarmos algum mecanismo no qual a LDO possa minimizar esse aspecto, talvez criando alguma forma de gestão mais eficaz, com reserva financeira específica para bancar os Restos a Pagar futuros, a fim de não deixarmos que a receita corrente do exercício futuro pague os Restos a Pagar de 2 ou 3 anos atrás.

Então, quero me colocar à disposição para estudarmos juntos. Teremos mais de 60 dias pela frente. Estou à disposição de V.Exa., dos seus técnicos, do nosso Relator-Geral, de todos os colegas, da Relatora do PPA, a fim de que possamos realmente caminhar de mãos dadas e ter, no final do ano, um resultado positivo, tanto na LDO, até o mês de julho, quanto no orçamento anual, para que a LDO seja um instrumento facilitador da elaboração do orçamento e também do PPA.

Agradeço a gentileza de V.Exa. e me coloco à disposição.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Muito obrigado, Deputado Márcio Reinaldo Moreira.

Passo a palavra à Relatora do PPA, a Senadora Gleisi Hoffmann.

**A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN** - Obrigada, Sr. Presidente.

Quero fazer uma saudação à nossa Ministra do Planejamento. É um prazer tê-la nesta Casa.

Também destaco a exposição inicial que V.Exa. fez, engrandecendo a Comissão Mista de Orçamento, trazendo para cá a discussão dos grandes temas nacionais, das políticas de macroeconomia deste País, colocando a política fiscal como uma das sustentadoras dessa grande política, ao lado das medidas macroprudenciais, das restrições seletivas que se tem feito no consumo e no crédito, da gestão da política de juros, dos ajustes de câmbio, mostrando a importância da política fiscal para que tenhamos um bom desenvolvimento da economia do País. Acho que isso é muito relevante e deve ser, com certeza, um dos focos da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional. Mostra o que significou já a consolidação fiscal proposta por V.Exa., pelo Ministério da Fazenda, com os cortes orçamentários. Pudemos ver que o resultado primário já foi ultrapassado no primeiro quadrimestre — já está em 25 bilhões. Com certeza, isso é um dos fatos que nos está levando a segurar o processo inflacionário no País, a despeito do processo inflacionário mundial.

Quero dizer também a V.Exa. que fico muito feliz em relatar o Plano Plurianual, porque ele é uma consolidação do resgate da função de planejamento do Estado. Mais do que isso, vem agora como um instrumento gerencial de governo, o que é muito importante. Tenho certeza de que vai contribuir muito para enriquecer os debates no Congresso e também para que possamos acompanhar as prioridades do Governo.

Em relação à LDO há pontos importantíssimos sendo trazidos a esta Casa, como a questão da elevação constante e consistente do valor do salário mínimo, política que foi aprovada pelo Congresso Nacional e que já está na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Menciono ainda a redução acentuada da dívida líquida em relação ao PIB, o reforço dos programas de aceleração do crescimento, com a manutenção do dispositivo que permite a retirada dos investimentos do PAC do cálculo da meta de superávit primário, 1/12 de execução dos investimentos. Realmente não podemos interromper os investimentos, principalmente em relação à Copa do Mundo e às Olimpíadas. Cito ainda a exigência, para que as obras sejam paralisadas, de que haja decisão de pelo menos um dos Ministros do Tribunal de Contas da União. Há que se ter responsabilidade institucional nesse processo. Louvo esta informação: os cortes processados no Orçamento precisam vir acompanhados de medidas firmes e fortes de gestão.

Parece-me que são pontos relevantes a serem discutidos nesta Comissão. Agora, a impressão que tenho, Ministra, é de que começamos a discutir esses pontos relevantes, discutimos, mas caímos naquilo que me parece o mais relevante para esta Comissão, as emendas parlamentares. Ou seja, acabamos reduzindo o debate à questão das emendas. Não que eu não ache as emendas importantes. As emendas são importantes. Aliás, emendar é um dos pressupostos desta Casa. Agora, não dá para dizer que as emendas parlamentares são responsáveis pela redução da pobreza ou pelo desenvolvimento da infraestrutura deste País. Sempre

[p22] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:23 Taq.:Denise Honda Rev.:



tivemos emendas de orçamento — acompanho há muito tempo a Comissão Mista de Orçamento —, mas só houve redução consistente da pobreza no País quando ocorreu um programa estruturado de governo, que foi consubstanciado no PAC, no Minha Casa, Minha Vida, numa política de crescimento do salário mínimo, na política que existe no Ministério de Desenvolvimento Social, o Bolsa Família, e na distribuição de renda. As emendas auxiliam esse processo.

Parece que tínhamos, até para resolver o RAP, os Restos a Pagar, e essas questões de emenda, de nos debruçar um pouco sobre o processo interno da Casa. Não me parece consistente continuarmos, por exemplo, com os valores de emendas que existem hoje para os Deputados e Senadores, até porque não há condições de fazermos essa execução. E nós ficamos brincando. Aumentamos receita, apresentamos emendas; depois essas emendas são empenhadas, e ficam em Restos a Pagar. E seguimos nessa discussão, prometendo algo que muitas vezes não podemos entregar aos nossos Prefeitos, aos nossos governantes.

Então, parece-me que esta Casa poderia também realizar uma discussão — o Ministério do Planejamento pode nos ajudar, principalmente a SOF — para que haja um processo de colocação de emendas cuja execução seja factível, o orçamento não venha cem por cento programado e não possamos aumentar a receita para consubstanciar emendas. Que o aumento de receita seja depois do aumento que venha a ser discutido por crédito. Precisamos ter, Ministra, por parte do Executivo também, havendo essas adequações na Casa, a certeza de que haverá a execução das emendas propostas. A criação de um grupo de trabalho foi aprovada na última reunião da Comissão — o Presidente Vital do Rêgo tem se empenhado muito nisso —, para se melhorar o processo orçamentário.

Precisamos da colaboração do Congresso Nacional no que se refere a todas as medidas e esforços que o Governo e a sociedade brasileira vêm fazendo quanto ao enfrentamento da inflação e à gestão da macroeconomia do País.

Deixo isso registrado e digo que também temos responsabilidade nesse processo.

**O SR. DEPUTADO JORGE BOEIRA** - Questão de ordem, Sr. Presidente. Eu gostaria de propor que a Ministra responda esse primeiro bloco de perguntas.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Sua questão de ordem está plenamente aceita. Vamos concluir com os Relatores. A Ministra se pronunciará durante 10 minutos, e depois retomaremos a lista de inscritos para proceder à oitiva de todos os Senadores e Senadoras.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Sr. Presidente, outra questão de ordem, que pode ser aditada à questão de ordem do companheiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Peçam a palavra pela ordem, em observação ao Regimento.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

V.Exa. permitirá que haja tréplica?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Não sei. (*Risos.*)

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES** - Não, Sr. Presidente. Não, não.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Sr. Presidente, é regimental.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES** - Eu quero levantar a seguinte questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - É regimental, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Eu vou pedir ao Deputado José Guimarães... Vamos continuar.

Vou conceder a palavra ao meu Presidente, Deputado Arlindo Chinaglia. Permita-me sempre chamá-lo assim, em homenagem a V.Exa., Deputado. Com todo o seu cabelo branco, seu passado, sua experiência, V.Exa. continuará sendo sempre meu Presidente, Deputado Arlindo Chinaglia, Relator-Geral do Orçamento.

Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA** - Obrigado.

Cumprimento todos os membros da Mesa, especialmente a Ministra Miriam Belchior.

Eu avalio que, pela função, a palavra mais importante neste momento é a do Deputado Márcio Reinaldo Moreira. Eu quero fazer um registro inicial e dizer que essa sua disposição, Deputado, como Relator da LDO, ouvindo a Comissão Mista de Orçamento e ao mesmo tempo articulando com o Governo no sentido de darmos saída para atingir os objetivos e manter aquele que é o papel precípua desta Comissão, só pode estar orientada pelo Presidente desta Comissão, o Senador Vital do Rêgo. Imagino que aí vai estar o nosso maior desafio.

[p23] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:24 Taq.:Sílvia Rev.:



Com toda a cautela necessária, Ministra, é evidente que na sua apresentação inicial — quero cumprimentá-la por isso — estão os objetivos mais nobres. Ocorre que alguns Parlamentares, inclusive da base do Governo e do PT, ponderaram sobre a necessidade de conciliar e o papel que o Congresso tem naturalmente de, com a responsabilidade devida, também fazer valer a sua opinião. Penso que aí vai estar o nosso trabalho. A sua exposição aqui hoje contribui também para o absoluto desarmamento de espírito. V.Exa. não fugiu de nenhum tema, apresentou aquilo que é a posição de governo. Eu diria até que não surpreendeu. Pode ter surpreendido aqueles que imaginavam inicialmente que V.Exa. poderia tentar não jogar tanta luz sobre problemas difíceis de serem solucionados.

Eu quero dizer que, com referência a Restos a Pagar, em que pese o próprio nome — se são restos a pagar, deveriam ser pagos —, o cuidado que devemos ter é no sentido de que os Restos a Pagar não passem a governar o País a partir de agora. Da maneira como V.Exa. fez a apresentação e da maneira como também foi aqui ponderado por vários Deputados e Senadores, creio que estou moderadamente otimista quanto a nós, ao debatermos este Orçamento, conciliarmos aquilo que é um passado que tem de ser resolvido e aquilo que é um futuro que tem de ser objetivado, tem de ser buscado.

Cumprimento V.Exa. e me solidarizo com o Relator da LDO e, claro, com a Relatora do PPA, que chamou a atenção de maneira bastante exuberante para a responsabilidade que esta Comissão tem demonstrado.

Parabéns a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Arlindo Chinaglia.

Com a palavra a nossa Ministra Miriam Belchior, para, num prazo de 10 minutos, tentar sintetizar as suas respostas aos Srs. Deputados e Senadores, nesta primeira etapa.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Vou tentar falar nos 10 minutos.

Eu agrupei os questionamentos por temas. Em alguns casos, vou até citar o Deputado ou o Senador que apresentou a questão, mas vou responder por bloco, porque eu acho que fica mais fácil, já que as perguntas se superpõem.

Quero começar com o Minha Casa, Minha Vida. O primeiro esclarecimento importante: a tabela ali, acho, mostra que o Minha Casa, Minha Vida não é só OGU. Se fosse só OGU, ele seria um terço, um pouco mais, 40% do programa. É importante saber que os recursos do Minha Casa, Minha Vida não são só recursos orçamentários, também são recursos do Fundo de Garantia. Então, não é possível pegar o ajuste feito no Orçamento e fazê-lo como esse tendo sido o corte, de 40%. Não foi isso. Foi feito o ajuste de 14%.

Vários Deputados já passaram aqui e me perguntaram: *"Vai ser ajustado o preço das unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida em cada uma das regiões do País?"* Nós estamos trabalhando exatamente nisso. É provável que o Congresso, neste mês ou no começo do próximo, aprove a medida provisória. Então, esses recursos, que são 5% superiores aos do ano passado, serão suficientes para garantir, repito, aquilo que já está contratado e em andamento.

Nós já entregamos 250 mil unidades. Até o final do ano, serão 500 mil unidades. Acho que 78% do milhão já estão em andamento, porque uma grande parte foi contratada no final do ano passado. Então, esse é um programa exitoso, é fundamental tanto para o desenvolvimento do País quanto, do ponto de vista social, para a garantia de moradia digna para a população brasileira de baixa renda.

O compromisso da ex-Ministra Dilma, atual Presidenta Dilma Rousseff, é, de fato, manter a meta dos 2 milhões de unidades. E os recursos previstos neste ano garantirão a etapa que vai ser feita neste ano.

Gostaria de fazer um comentário em relação ao que apontou o Deputado Heuler. Eu considero que há, sim, gorduras no Governo Federal. Nós estamos trabalhando fortemente para que essas gorduras sejam dissipadas, mas me causa estranheza ataque à constituição da APO e da Secretaria de Aviação Civil, dado que são dois desafios importantíssimos para o desenvolvimento do nosso País. Mas, claro, este é um espaço democrático para o nosso debate.

Eu acho que essa é uma preocupação comum. Todos aqui, suponho, querem os 2 milhões de unidades habitacionais do Minha Casa, Minha Vida. Nós estamos trabalhando para isso.

Uma observação a respeito da receita foi feita, se não me engano, pelo Deputado Claudio Cajado. É verdade que houve incremento em relação a 2010, mas, se formos ver o que está previsto para 2011, vamos perceber que essa diferença é bastante pequena, exatamente porque a receita foi muito ampliada relativamente a 2010.

[p24] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:25 Taq.:Ângela Ventura Rev.:



Eu costumo dizer para os Ministros que, quando sair no jornal que a receita bateu recorde em relação ao ano anterior, não se animem, porque a comparação tem de ser feita com o que está previsto na receita orçamentária, que, em geral, é maior do que o que esse recorde significa. De fato, a receita subiu, inclusive os números apareceram aqui, mas isso não representa, quanto à receita que saiu do Congresso, o que estamos considerando dentro do Governo Federal.

No que diz respeito aos concursos, vou repetir o que disse: estamos agindo com cuidado, estamos tomando conta especialmente daqueles que estão prestes a vencer. Esses estamos pegando primeiro. Os que não estão vencendo agora estamos deixando para depois. Então, peço paciência a todos, ao pessoal da ANEEL, ao pessoal da ANATEL, ao pessoal do Ministério do Trabalho, a vários outros. A promessa que existe é de que estamos analisando o assunto com todo o cuidado. Como eu disse, estamos começando pelos concursos que estão para vencer. Assim que tivermos, vamos anunciar, com cuidado.

Foi apresentada preocupação com as diárias. Em alguns casos, tivemos essa preocupação. Por isso fizemos uma proposta de ajuste de apenas 25% nas áreas de polícia e de fiscalização, exatamente para preservar esses serviços, que são fundamentais para o País. Agora, sabemos que existe gordura. Vão um dia antes, voltam um dia depois do necessário... É possível otimizar isso. Todos os Ministros estão se esforçando para fazer essa tarefa.

Em relação à LDO, queria aproveitar a oportunidade e já agradecer ao Relator do Orçamento, Deputado Arlindo Chinaglia, e à Senadora Gleisi Hoffmann, que vai ser a Relatora do PPA. O Ministério do Planejamento estará absolutamente à disposição dos Relatores da Comissão Mista, de todos os Deputados e Senadores, mas à disposição (*falha na gravação*) para que consigamos conduzir a discussão e a aprovação desses importantes instrumentos de planejamento do Governo brasileiro da melhor maneira possível, trabalhando para gerar consensos na medida do possível.

O Deputado Márcio me apresenta um questionamento relativo à meta de primário. Nós precisamos ter, Deputado, flexibilidade na execução. Isso é importante. V.Exa., que já foi da SOF, sabe muito bem disso, pois lidou com essas dificuldades permanentemente. Nós respeitamos o papel do Congresso Nacional, mas acreditamos que todos aqui tenham convicção da importância da execução orçamentária para o desenvolvimento do País. Então, alguma flexibilidade é necessária, mesmo que tenhamos algumas desvantagens nisso. O que posso dizer ao senhor é que estamos dispostos a conversar a respeito do assunto.

Em relação ao RAP, eu queria fazer um esclarecimento de que o decreto não alcança apenas emenda. É meio a meio: emenda e programação dos Ministérios. Alguns Parlamentares se referiram às emendas, mas metade se refere à programação dos Ministérios. É importante que cada um dos senhores saibam que não estamos discutindo apenas emendas, estamos discutindo também a execução dos Ministérios.

Concordo com os vários Parlamentares que defenderam as emendas —consideramos que elas são constitucionais, portanto, são importantes — que atendem principalmente aos pequenos Municípios. Concordo com essa avaliação. Mas eu acho também que temos de enfrentar algumas circunstâncias dos dois lados, do lado do Governo e do lado do Congresso Nacional.

Apesar do esforço fenomenal que a Caixa faz, temos problemas, e eles precisam ser enfrentados. Precisam ser enfrentados não apenas contratando-se mais pessoal para a Caixa, o que acho necessário, mas também simplificando-se procedimentos, para facilitar a questão para as Prefeituras, sem perder o rigor dos controles. Não deve haver mais que um técnico ou mais que um critério de análise. É um problema que enfrentamos até no PAC. Então, essas são questões que precisamos enfrentar.

Eu acredito que o Presidente da Caixa, Jorge Hereda, que vivenciou conosco o PAC e era o Vice-Presidente de Governo, responsável exatamente pela execução disso, esteja absolutamente comprometido com passos importantes nessa direção.

Sei que aqui há propostas de mudança. Pergunta-se: *“Por que não se diversifica? Por que é só a Caixa?”* É uma observação que me parece razoável; no entanto, é preciso ter *expertise*. Para um banco montar equipes e ganhar *expertise* quanto a isso, leva um tempo. Portanto, precisamos avaliar qual é o caminho mais curto para que isso se realize, se é um investimento maior na Caixa, se é a diversificação, se é a soma desses dois caminhos.

O Deputado José Priante fez comentários. Eu só queria realizar alguns pequenos ajustes. O Orçamento do ano passado abriu em fevereiro, mas nós não estamos falando de Restos a Pagar de 2010, eles não são alcançados pelo decreto. Da mesma forma que é verdade que o período eleitoral não permite assinatura de contrato, é verdade que permite a análise de processos. Não é necessário paralisar a análise de processos. Os

[P25] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:26 Taq.:Viviane Rev.:

[P26] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:27 Taq.:Viviane Rev.:



processos continuam sendo analisados. Eles só não podem ser assinados no período eleitoral. Isso é só para lidarmos com aqueles argumentos que valem a pena, de fato, e não com outros que não estão diretamente relacionados ao problema.

Quero reiterar aos senhores que nós fizemos este levantamento. Foi e voltou 13 vezes, não é isso, Célia? Exatamente porque quisemos ter um levantamento muito acurado da situação, para podermos tomar uma decisão que pareça ao Governo a mais justa possível. Por isso há o compromisso desse cuidado, talvez não com o atendimento de todas as demandas que aqui foram apresentadas, mas certamente com uma decisão cuidadosa, responsável em relação a esse tema.

Acredito que a Senadora Gleisi Hoffmann e também, um pouco, o Deputado Márcio Reinaldo e o Deputado Arlindo Chinaglia tenham feito reflexões importantes no sentido de não pensarmos só para trás, pensarmos também para frente. Como não voltar a ter esse problema? Acho que essa é uma reflexão importante para o Congresso Nacional. E nós, do Governo, pensamos em como resolver isso para frente.

Agradeço ao Deputado Cláudio Puty, ao Senador Delcídio, ao Deputado Arlindo, à Senadora Gleisi as referências elogiosas à minha pessoa. Não sei se as mereço.

Eu reitero toda essa parte inicial, econômica. Eu ia fazer uma outra, mas gostei tanto da que o Ministro Guido apresentou hoje de manhã no Conselho, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que substituí aquilo que minha equipe preparou, e eu também nessa madrugada, por essa outra. Entendi que ela trazia dados bastante importantes para dividir com os senhores e, como disseram alguns Parlamentares, tornar essa discussão dentro do Congresso de alto nível, com a CMO e as demais Comissões.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Concluimos a primeira parte desta reunião conjunta...

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Sr. Presidente, V.Exa. não concederá a tréplica?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Ainda não.

Deputado Claudio Cajado, a lista continua aberta. Há 32 inscritos. A lista continua aberta. O que faremos a partir de agora, com a anuência dos senhores? São três blocos de dez Parlamentares. Neste primeiro bloco, vamos conceder 3 minutos a cada Parlamentar. Vamos tentar ouvir todos.

Com a palavra...

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Sr. Presidente, pela ordem. Eu tenho o maior respeito por V.Exa. Sua decisão não vou contestar. Agora, isso prejudicará um pouco futuras reuniões conjuntas, porque o debate é salutar. A Ministra respondeu algumas indagações, mas ficaram outras sem resposta. E eu gostaria de complementar. Se for para o final...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Eu ainda não me posicionei. V.Exa. me permita, com todo o afeto que lhe tenho. Eu quero ouvir todos, em respeito a todos os Deputados...

**O SR. DEPUTADO RUI COSTA** - Há outros Deputados que querem falar...

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - V.Exa. já falou, Deputado. *(Riso.)*

**O SR. DEPUTADO RUI COSTA** - Só estou defendendo quem não falou ainda, Deputado Cajado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Mais de 30 Parlamentares ainda vão se posicionar, Deputado Cajado.

**O SR. DEPUTADO CLAUDIO CAJADO** - Muito bem, eu aguardarei pacientemente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Vamos começar a segunda parte da reunião.

Com a palavra o Deputado Fábio Ramalho. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Deputado Júlio Cesar.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO CESAR** - Sr. Presidente, Srs. Presidentes de Comissões, Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, vou ser breve.

Ministra, vou direto ao assunto: veto à Lei Orçamentária Anual 2011. Primeira justificativa, superposição de programações das rodovias, manutenção. Acho até justo, Ministra. O que não acho justo são as programações ressalvadas, porque estão contidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Por que o Governo não vetou logo a LDO? Para que o Congresso não fosse enganado e colocasse no Orçamento e, depois, tivesse de vetar aquilo que, de forma enganosa, fomos induzidos a fazer? Esse é o primeiro questionamento.

V.Exa. disse que aqueles Parlamentares que tiveram veto em torno de 90% seriam considerados. Como é que se considera uma matéria vetada se ela não existe mais, Ministra? Eu gostaria de saber como isso funciona no Ministério de V.Exa.

[p-5190627] Comentário:  
Sessão:0314/11 Quarto:28 Taq.:Núbia  
Rev.:



Segundo assunto, Restos a Pagar. Ministra, fui Prefeito, Presidente de Associação de Prefeitos e sei das dificuldades em que vivem os Prefeitos brasileiros. Com Restos a Pagar de 2007, 2008 já não concordo, quanto mais com de 2009. Não deu tempo de processar. Eles foram empenhados no fim de 2009. Entraram em 2010, e nós ficamos engessados durante todo o processo eleitoral. Por mais que V.Exa. diga que não foi, foi. Eu vi muitos Ministérios que nem consideraram. Ficaram paralisados lá nos Ministérios.

V.Exa. criou um suspense aqui. Tenho certeza de que *in off* V.Exa. vai terminar com esse suspense. No final desta reunião, V.Exa. vai anunciar a prorrogação desse decreto. *(Risos.)*

Por fim, Ministra, a LDO desse ano de 2009... Eu coloquei um dispositivo no art. 17, § 1º, alínea "p", para dar transparência às transferências constitucionais. Vou explicar para V.Exa.: o Governo arrecada todos os tributos compartilhados, classifica e divide de acordo com o que determina a lei ou a Constituição. Só que, nos depósitos judiciais, em todos os Programas de Recuperações Fiscais — REFIS, nos 1, 2, 3 e 4, o da crise, nos refinanciamentos administrativos, no Financiamento Estudantil — FIES, em todos o Governo está classificando sob pressão da Comissão de Finanças. Todos os meses nós nos reunimos lá. Já foram pagos, nesses dois últimos anos, Ministra, 5 bilhões de reais. Se não fosse nossa ação fiscalizadora, não existiriam nem para Estado nem para Município. E o que é pior: só pagaram a metade. Estão devendo 5 bilhões também, porque fizeram por estimativa e, quando se faz estimativa, atribui-se aos dois tributos principais compartilhados, Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados — IPI, um percentual que oscila entre 25% e 32%, excluída a Previdência, quando, na realidade, ele representa 46%, 47%.

Queremos, Ministra, que esse artigo que está na LDO seja cumprido, porque foi aprovado e não foi vetado, embora aqui haja outro artigo que eu coloquei para dar transparência à renegociação dos débitos dos Estados. Esse pelo menos foi vetado. O outro está em vigor e não está sendo cumprido, como também não estão sendo cumpridas essas programações ressalvadas, vetadas, que tanto prejudicaram os Parlamentares desta Casa.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rego) - Agradeço ao Deputado Júlio Cesar.

Passarei duas informações rápidas à Comissão Mista de Orçamento enquanto temos *quorum*: o Ministro Luiz Sérgio já confirmou para a próxima semana sua presença em uma audiência pública, para continuarmos tratando dos assuntos referentes aos requerimentos aprovados. A Mesa está fazendo um requerimento de audiência pública com a Caixa Econômica Federal, em conjunto com a Secretaria das Relações Institucionais e com o Ministério do Planejamento, para discutir a execução dessas obras que estão na Caixa. A Ministra já se mostrou susceptível à abertura de um diálogo com outras instituições.

O Deputado José Guimarães tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES** - Sr. Presidente, quero apresentar quatro questões às Sras. e aos Srs. Parlamentares, não sem antes fazer uma exposição preliminar.

Ministra Miriam, houve muita expectativa sobre a vinda de V.Exa. a esta Casa. É Ministra novata. Não digo que V.Exa. não tenha uma trajetória de militância política, sobretudo forjada na luta e depois no serviço público. Eu fiquei impressionado positivamente. Quero dar um depoimento no sentido de que V.Exa. passou no teste, sobretudo pela segurança com que apresentou o conjunto das quatro questões levantadas pelos requerimentos dos Srs. Parlamentares.

O primeiro ponto que quero tratar é sobre a LDO. Não é pouca coisa para este País, que ainda convive com um índice de pessoas vivendo na extrema pobreza, o Governo fixar como um dos elementos centrais da LDO o combate à pobreza. Essa questão não é um problema apenas de governo, é do País, e precisamos transformar a LDO numa diretriz, para que todos os entes federados, de fato, assumam essa questão como uma questão estratégica do nosso modelo de desenvolvimento econômico e social.

No Nordeste brasileiro, 49% da população vive em situação de pobreza. Há 10,7 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema. Só no Ceará, há quase 1 milhão de pessoas vivendo nessa situação.

Então, quando o Governo diz para nós... Nós, do Governo e da Oposição, deveríamos dar as mãos para enfrentar essa guerra que é o combate à pobreza. Essa é a primeira consideração que quero fazer.

A segunda consideração é sobre o PPA e a ideia da regionalização. Nós não enfrentaremos o problema das desigualdades regionais e de renda se não regionalizarmos os investimentos do Orçamento.

Foi correto quando o Presidente Lula teve um olhar diferenciado para o Nordeste, porque hoje o Nordeste deixou de ser região exportadora de mão de obra desqualificada para o sul. Eu, que tenho irmãos que foram embora para o sul na década de 70, hoje vejo que todo mundo quer voltar para o Nordeste, uma região



que cresce a taxas superiores às taxas nacionais, com consumo e com renda. Portanto, essa regionalização é questão fundamental.

A terceira questão é sobre economia, que V.Exa. explicou no primeiro momento. Acho que isso dá tranquilidade a esta Casa. Ouvi muitos colegas Deputados preocupados com o descontrole do processo inflacionário. Os dados apresentados por V.Exa. — dívida, salário, inflação próxima à meta, redução de juros — dão tranquilidade para percebermos que o Brasil vai continuar crescendo e garantindo sua sustentabilidade.

A quarta questão é sobre Restos a Pagar. Faço uma sugestão, Ministra: separe 2007 e 2008. É muito pouco. No meu Estado, por exemplo, com o pouco esforço que fizemos, já reduzimos de 327 milhões para 135 milhões nos últimos 15 dias os Restos a Pagar na negociação com Caixa e Prefeituras. Faço uma sugestão: prorogue 2009, e 2007 e 2008 vão de acordo com o estágio da obra: iniciada, licitada. Obra a obra, para analisar o que fazer. Mas 2009, Ministra... Essa é a segurança que o Congresso Nacional precisa ter. Todos, Oposição e Governo. É muito investimento, uma parte relacionada a obras estruturantes e a outra a obras das mais variadas. Acho que preservar 2009 está de bom tamanho.

Parabéns, Presidente Senador Vital do Rêgo.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado José Guimarães.

Peço atenção. Imagino o cansaço de todos os senhores, mas, para que consigamos continuar com êxito esta sessão, peço à assistência o maior silêncio possível.

Deputado Pauderney Avelino, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Sr. Presidente da Comissão, Sra. Ministra, fiquei preocupado quando, hoje pela manhã, nós, na Comissão de Justiça, recebemos a visita do Ministro da Justiça, que veio para participar de um seminário sobre a separação e a independência dos Poderes. E nós percebemos, Ministra, que a fala do Ministro José Cardozo, realmente, foi muito abalizada. S.Exa. conhece bem do que fala. E o que nós entendemos é que o Congresso Nacional e o Executivo não estão tendo uma relação de poderes independentes.

Eu louvo a atitude de V.Exa., que veio aqui e fez uma explanação dentro daquilo que se propôs, mas há questões de fundo nesta LDO que eu não vi, em nenhum momento, serem tratadas aqui, questões que dizem respeito à separação e à independência dos Poderes. E eu, igual à Senadora Gleisi Hoffmann, considero as emendas parlamentares importantes, mas acho que elas não podem ser o fim dos Parlamentares que compõem esta Casa. Essa relação foi criada ao longo do tempo e aprofundada nos governos dos últimos anos.

Algo que precisa ser dito é sobre nossa preocupação com o descontrole da inflação. Nós a estamos vendo e sentindo no bolso. Hoje eu dizia que fazia muito tempo — lá se vão mais de 16 anos desde que o Plano Real foi criado — que eu não sentia tão perto a insegurança que a inflação traz. Nós vemos no combustível, a gasolina, que pesa no orçamento dos cidadãos; no supermercado, que pesa no orçamento do dia a dia dos cidadãos, sejam as hortaliças, sejam os gêneros de primeira necessidade. Tudo está subindo de uma forma brutal. Há um descontrole da inflação. Lamentavelmente, há um descontrole na inflação, repito, e nós não torcemos por isso. Nós não torcemos por isso. Nós queremos a estabilidade.

Eu estou percebendo que não é só a política monetária que está sendo implementada no nosso País que vai resolver o problema da contenção da inflação. Não é só a política monetária, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Eu acho que o Executivo precisa tomar medidas mais drásticas, com a contenção das despesas correntes. E, no primeiro bimestre, Ministra, nós vimos que as despesas aumentaram em relação ao bimestre passado, em mais de 17%. No primeiro bimestre de 2010.

Eu estou preocupado com a ousadia do Executivo — e aí, permita-me, eu quero ser cavalheiro, não vou faltar, de forma nenhuma, com a educação —, a ousadia com que o Executivo está agindo nesta LDO. Primeiro: propõe que a fiscalização das obras seja feita da forma como lhe aprouver. Ou seja, o Tribunal de Contas da União deixa de ser um fiscal, como está sendo agora, e a Comissão do Orçamento do Congresso Nacional, que tem um comitê de acompanhamento das obras, se não as acompanha, é por omissão. Agora, o Governo tem uma base aqui de mais de 400 Deputados, e o Congresso Nacional está abrindo mão das suas prerrogativas de fiscalizar.

Ministra, eu não concordo com essa alteração que a LDO propõe.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Deputado, para concluir.

**O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO** - Eu preciso apresentar mais dois pontos, Senador. Só dois pontos, por favor. É importante, porque aqui vem todo mundo aplaudir. Eu também quero aplaudir pontos positivos.

[P29] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:30 Taq.:Márcia Luisa Rev.:



O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Fale, Deputado, com objetividade e síntese, por favor, para obedecer o prazo.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Obrigado.

Então, não concordo com essa alteração que está sendo proposta com relação à fiscalização das obras. Não posso concordar. Se o Congresso concordar, estará, mais uma vez, com uma venda nos olhos, dizendo: "Não precisa mais mandar projeto de lei orçamentária ao Congresso Nacional, para ele fazer de conta que vai votar e apreciar". O art. 52 dessa LDO já vai permitir as alterações orçamentárias, desde que não modifiquem o valor global. Mas, inclusive, o Grupo de Natureza de Despesa, o GND, pode mudar de investimento para custeio. Se as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados, as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores não se derem conta disso, o Governo, o Executivo, poderá fazer a seu bel-prazer, à revelia do Congresso Nacional e desta Comissão, Senador Vital do Rêgo.

Tenho outra questão. Há tantas coisas para dizer. Quanto ao art. 54, a Presidenta da República delega, no âmbito do Poder Executivo, a abertura de créditos suplementares a que se refere o *caput* do art. 54.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Peço a V.Exa. que conclua.

Eu vou concluir, mas já que ninguém fala sobre essas coisas, eu tenho que falar! Parece que só eu estou falando disso! Quero chamar as consciências dos senhores! Não é possível que aqui, com mais de 400 Deputados, sem contar os Senadores, alguém não se dê conta disso! O Deputado Márcio Reinaldo Moreira já falou das metas. Mas nós temos outras questões. Por exemplo, como vai ser resolvida — foi discurso da campanha da Presidenta e não pode ficar no blá-blá-blá — a ampliação do investimento na educação? Temos hoje de 4.5% do PIB para 7% do PIB. Alguma coisa tinha que estar na LDO! E não está. Nós não podemos simplesmente ficar nas promessas.

Enfim, nos Restos a Pagar, dos 128 bilhões que ficaram no ano passado, já foram pagos este ano 8 bilhões de investimento, um pouco mais de 8 bilhões, 8,5 bilhões, mais ou menos, de Restos a Pagar — isso só em 2011 — e o Orçamento de 2011 propriamente dito, o orçamento fiscal, não chegou a 500 milhões de reais.

Nós temos hoje, Ministra, 3 orçamentos em vigor no País: um orçamento fiscal e o da seguridade; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — e haja emissão de títulos pelo Governo e aprovação desta Casa desses títulos, para capitalizar o BNDES, para esse banco fazer os empréstimos a juros subsidiados —; e ainda temos o orçamento das estatais. E o custeio, Ministra, é grave. Eu já coloquei na LDO de anos atrás e vou voltar a apresentar como emenda neste ano a fiscalização das estatais, o custeio das estatais, que não passa pelo Orçamento. Nenhum de V.Exas. aqui sabe o que as estatais estão fazendo com o custeio, porque é diferente do investimento, Senador. O investimento passa, mas o custeio não!

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado. Permita-me V.Exa., porque seu tempo encerrou.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Eu lamento, Sr. Presidente. Infelizmente, vou cumprir o horário, mas gostaria de continuar falando para que V.Exas. coloquem a mão na consciência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Nós teremos outras oportunidades, Deputado.

Concedo a palavra ao Deputado Pedro Eugênio. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro.

O SR. SENADOR WALTER PINHEIRO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Ministra, meu caro amigo Deputado Márcio Reinaldo Moreira, Sr. Presidente desta Comissão, meu caro Senador Vital do Rêgo, em primeiro lugar, quero muito diretamente dizer que não é nenhuma surpresa de nossa parte o fato de haver firmeza e tranquilidade na exposição da Ministra. Até porque, na realidade, o que faz a Ministra do Planejamento é exatamente apresentar o correto remédio que este Governo apresenta neste primeiro momento.

Então, quem participou, quem tem a capacidade de estar junto nisso, apresenta essa tranquilidade. Nada forjado nem tampouco elaborado e que precise ser lido minuciosamente, como se fosse um exercício do dever.

Primeiro, gostaria de tocar no assunto que diz respeito aos aspectos da macroeconomia. Nós não podemos discutir aqui a LDO. Por isso, acho importante um Relator como o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, porque temos a capacidade de fazer exatamente a junção do que significa a LDO, o Orçamento e o PPA na macroeconomia.

Louvo, inclusive, a atitude corajosa do Governo em trazer para cá o debate regionalizado do Plano Plurianual, a busca de vincular as ações que vão automaticamente para o Orçamento, para esse PPA,

[P30] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:31 Taq.:Carlos Eduardo Rev.:

[P31] Comentário: Creio que seja  
"seguro-investimento". Peço que  
confira. Obrigado.

[P32] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:32 Taq.:Sandra Serra Rev.:





ganhando, portanto, contornos de ações duradouras, não pontuais, e tratando a LDO, efetivamente, como caminho e diretriz e não apresentando um conjunto de emendas à LDO, transformando-a em colcha de retalhos para, depois, na execução orçamentária, tentar fazer anexos ou coisas do gênero.

Portanto, meu caro Presidente, acho que essa atitude é correta para enfrentar este momento e a ela se soma, Ministra, a atitude do Banco Central. Logo, é óbvio que o foco do mercado, hoje, é começar a reclamar do fato de o Banco Central ter optado por 0.25 e não por 0.5. Eu, inclusive, chamo isso de macroprudência do nosso Governo, tomando medidas que possam compensar, porque senão seria contraditório.

O Governo que fala na LDO e que prepara a intervenção de combate à pobreza não poderia, de forma alguma, tomar medidas, mesmo que corretas, de confronto em relação à possibilidade de uma escalada inflacionária. Essa mediação é exatamente para permitir que mantenhamos o consumo. E aí vai a liberação de emendas. Por que a liberação de emenda, nesse contexto, se encaixa na necessidade desse minucioso trabalho? As emendas, além de tocar obras em Municípios, também são fonte de geração de postos de trabalho e servem para um processo de aquecimento de economia local, o que vai ao encontro do que a Ministra apresentou aqui. Vamos mantendo isso e fazendo uma ligação com os projetos estruturantes. Ao mesmo tempo, mantém-se uma política efetiva e local de combate à pobreza. Acho que é importante tratar desse assunto.

Ao louvar a atitude do Banco Central, quero chamar a atenção para uma questão que muita gente levantou: a nossa equipe econômica poderia usar ortodoxamente uma única direção, que seria a taxa de juros. Não é essa a medida. A medida se localiza no IOF, pode chegar aos depósitos compulsórios e ir ao encontro, inclusive, da própria redução do número de parcela de financiamento. Por que não se tomou essa medida drástica em nenhuma ponta? Porque não nos interessa, também, baixar o consumo ao extremo, mas, como V.Exa falou, mantê-lo equilibrado, mas sob controle, ao mesmo tempo aquecendo a economia e permitindo que tomemos atitudes para a empregabilidade e para expulsar efetivamente da economia.

Ministra, chama-me muito a atenção o caso dos combustíveis, já mencionado por alguns. Eu quero até defender a posição do BNDES, que poderia agir duramente nessa questão.

O que ocorre hoje com o crescimento do preço do litro da gasolina associada ao álcool? Os veículos que não rodam com um quarto de álcool terminam rodando com o tanque cheio de álcool, Deputado Amauri Teixeira. Onde isso está acontecendo? Os usineiros, experimentando a alta do açúcar no mercado internacional, principalmente, reduziram, meu caro Deputado Claudio Cajado, sua capacidade de produção de álcool, para aumentar, inclusive, a produção do açúcar. O BNDES poderia regular isso, sim, estabelecendo que os financiamentos estivessem associados, nesse momento, à produção de álcool e não à de açúcar. Isso serviria, neste momento, como elemento regulador do preço.

Nós deixamos de produzir 3 bilhões de litros de álcool nesse período, porque toda a produção foi canalizada, Geraldo, para a produção de açúcar. Então, acho que é importante trazer à tona essas questões, para não ficarmos só imaginando que o contingenciamento é um ataque exclusivo à liberação das emendas.

Por último, Ministra, eu quero tratar, de forma bem enfática, da questão das emendas na linha do que muita gente já falou. Particularmente acho que é fundamental que saibamos **o que há de obra em curso. É fundamental** isso, porque nós vamos conviver com um prejuízo brutal com a paralisação dessas obras. Se porventura essas obras tiverem irregularidades, caberá ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público, a partir inclusive da regra proposta aqui, suspendê-las. Mas acho que não cabe, nesta medida, suspender pelo corte da liberação de recursos.

O segundo aspecto do Restos a Pagar seriam obras a que a própria Caixa Econômica já havia dado o o.k., já havia permitido, já havia todo um processo em curso para a sua liberação, mas não liberou, na maioria dos casos, em decorrência de processos eleitorais, sejam eles disputas estaduais, sejam até a própria eleição presidencial.

O terceiro aspecto, que é possível mensurar e a respeito dele tomar uma atitude, refere-se a todos os casos em que a própria Caixa e, eu diria, os Ministérios, encontraram dificuldades para a apreciação daqueles projetos e, portanto, para a consequente liberação de recursos. Não teria como refazer esse caminho agora, uma vez que eu diria até que ele está perdido.

Acho que essa seria talvez a medida mais correta para trabalharmos com 2007 e 2008 e experimentarmos 2009 como um princípio, algo que pudesse ser trabalhado até dezembro e, portanto, tocado.

Só há mais uma coisa que eu gostaria de salientar. A Ministra já respondeu, mas acho que é importante frisar aqui, porque fica perpassando a ideia de que houve um corte brutal em relação a concursos. S.Exa. reafirma aqui o fato de o Estado estar preocupado e discutindo caso a caso, até para entender onde áreas vitais

[p33] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:33 Taq.:Ângela Ventura Rev.:



para esses projetos que aqui estão necessitariam inclusive da liberação de alguns dos concursos, permitindo, assim, que os quadros públicos pudessem ser recompostos para atendimento dos serviços.

Acredito que a melhor notícia vem exatamente dessa forma serena, tranquila e responsável com que a Ministra apontou no início da sua apresentação e que nos deixa a certeza de que a decisão tomada no que diz respeito a Restos a Pagar obedecerá exatamente a esse critério rigoroso de serenidade e compromisso com os cofres públicos.

Era isso, Sr. Presidente, que eu queria dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao colega Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra o Deputado José de Filippi. *(Pausa.)* Ausente.

Com a palavra o nosso 1º Vice-Presidente, Deputado Rodrigo de Castro. *(Pausa.)* Ausente.

Comunico aos Srs. Deputados que a Ordem do Dia da Câmara dos Deputados já começou.

Com a palavra o Deputado Zeca Dirceu.

**O SR. DEPUTADO ZECA DIRCEU** - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, antes de mais, quero nada parabenizar a Ministra não só pela sua vinda até aqui, atendendo ao nosso convite, mas pela exposição que fez. Acredito que, para todos os Deputados presentes, a cada vinda de Ministros e Ministras do Governo da nossa Presidenta Dilma a esta Casa, a cada visita que os Ministros fazem também aos nossos Estados, fica muito fácil perceber os motivos que levam o Governo da Presidente Dilma a tão rapidamente já ter índices tão altos de popularidade. A Ministra, com muita serenidade, competência e humildade, fez uma exposição que mostra que o Brasil está no rumo certo. Os números nos provam isso e foram muito bem apresentados.

Quero me somar aos demais Deputados no que foi dito em relação aos Restos a Pagar. É o meu primeiro mandato de Deputado Federal. Não tenho emendas para serem honradas agora neste início de mandato, mas fui Prefeito por duas vezes, fui Vice-Presidente da Associação dos Municípios do Paraná por três gestões e sei da importância que têm esses recursos. Concordo plenamente com alguns Deputados e até mesmo com a Senadora Gleisi Hoffmann, no sentido de que temos que dar grandeza, dar foco a outras ações, a outras decisões políticas, a outras questões que são também de grande relevância para o desenvolvimento do País, para a distribuição de renda, para a geração de emprego, mas há um hábito, há um costume, há compromissos políticos, há pronunciamentos públicos, há licitações que foram feitas, há ordens de serviços que foram dadas e que não podem, de uma hora para outra, não ter esse suporte do Governo Federal.

Reforço a necessidade de aperfeiçoamentos na Caixa Econômica Federal e em ou outro Ministério que ainda faça a execução direta desses recursos.

Espero que a Ministra leve ao conjunto do Governo essa nossa preocupação, sensibilize os demais Ministros e que tenhamos até o final desta semana uma boa notícia para comemorarmos, pelo menos do ano de 2009, e que os anos anteriores sejam olhados com muito critério realmente. Como eu disse, aquilo que já foi feito, aquilo que já está em execução precisa, de toda maneira, ser honrado.

Agradeço a oportunidade, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rego) - Agradeço ao Deputado Zeca Dirceu. Seja muito bem-vindo.

Com a palavra o Deputado Danilo Fortes. *(Ausente.)*

Com a palavra o Deputado João Carlos Bacelar.

**O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados, eu quero parabenizar a Ministra Miriam, que carinhosamente, no Governo anterior, chamávamos de Mãe do PAC nas suas vindas a esta Comissão ou ao café da manhã da bancada do Nordeste.

Quero falar a todos sobre a importância dos investimentos em infraestrutura feitos no País, que aumentaram e muito a utilização da mão de obra não escolarizada na construção civil — digo isso na condição de engenheiro. Eu vi quantos engenheiros foram empregados nos últimos quatro anos em razão das políticas que V.Exa., Ministra, implementou neste País junto com o ex-Presidente Lula e com a atual Presidenta Dilma Rousseff.

Eu quero dizer a V.Exa., Ministra, que esse contingenciamento e esse decreto podem causar um efeito sanfona no País, que não pode mais decrescer na infraestrutura, porque senão nossa geração vai pagar um preço muito alto. Quando eu me formei, há dez anos, não havia mercado de trabalho. Ou seja, engenheiro, naquela época, foi para o mercado informal, foi para o mercado financeiro, porque não havia emprego. Hoje me

[P34] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:34 Taq.:Odilon Rev.:



orgulho do título de engenheiro e, nas universidades, estudantes de engenharia já são procurados por olheiros para entrar no mercado formal de trabalho e ganhando muito bem.

Com o Programa Minha Casa Minha Vida, com a realização de obras de infraestrutura sendo feitas nos lugares mais longínquos, temos tido uma grande dificuldade de arregimentar pessoas para ocupar novos postos de trabalho. Não temos mão de obra no País. Isso é fruto do Governo democrático que V.Exa. ajudou a implementar na gestão passada e continua ajudando na atual.

Não podemos pagar pelo efeito sanfona, de diminuição do crescimento e do ritmo acelerado que temos no Brasil. O País hoje é referência mundial, e um corte drástico como esse pode afetar imensamente o crescimento.

Não quero ser muito prolixo, porque muitos colegas já se manifestaram a respeito desse assunto, mas quero citar um exemplo do meu Estado, a Bahia: um empenho realizado na cidade de Ilhéus, uma urbanização, um assentamento precário, do qual o Governo do Estado da Bahia, por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano, assinou contrato em 31 de dezembro de 2007. Ou seja, entra no Decreto 7.418, de 2010, mas até hoje não foi desembolsado um real para essa obra, porque, infelizmente, a Caixa Econômica tem no contrato irregularidades jurídicas e de engenharia.

Eu fui até o Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Estado, que me encaminhou para o diretor que acompanha as obras da Caixa Econômica. Ele disse: *“Olha, Deputado, infelizmente nessa obra a Caixa Econômica não tomou as devidas providências que deveriam ter sido tomadas”*.

Isso reflete, Sra. Ministra, a realidade do País como um todo, do País globalmente, e nós não podemos pagar por isso. Acredito que V.Exa. e a Presidenta Dilma, com a sensibilidade que têm de terem transformado a economia do País, não deixarão de atender ao anseio com que todos esses Deputados, Senadores, Senadoras, Deputadas vêm, de forma suprapartidária, pleiteando nesta Comissão.

Estamos unidos no Congresso Nacional para que V.Exa. reveja, junto com a Presidenta Dilma, esse Decreto nº 7.418, de 2010. V.Exa. tem ainda papel muito relevante para que nossa geração não venha a sofrer com o efeito sanfona neste País, que precisa continuar crescendo. Tenho certeza absoluta de que V.Exa., com a Presidenta Dilma, dará continuidade a esse desenvolvimento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rego) - **Agradeço** ao Deputado João Carlos.

Com a palavra o Deputado Raimundo Gomes de Matos.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Sr. Presidente, nobre Ministra, realmente, quando abrimos os jornais, principalmente os de grande circulação no Nordeste, vemos as contradições do Governo Dilma. É importante que a Assessoria de V.Exa. tome conhecimento da sistematização apresentada pela imprensa nacional entre a prática e o discurso do Governo.

Nós aqui estamos fazendo um papel fictício. A peça orçamentária já é fictícia. E isso se agrava cada dia mais. Com certeza, o nobre Presidente Arlindo Chinaglia terá a grande missão de restaurar as prerrogativas do Congresso Nacional, porque a cada dia estão usurpando o poder do Legislativo.

Essa proposta da LDO tem coisas absurdas, a partir do Tribunal de Contas da União. Fico até feliz quando vejo o posicionamento da Ministra e a coragem da atual Presidente em dizer que vão restaurar o conceito de planejamento. Isso é importante. Vai fazer uma revisão dos concursos, vai aperfeiçoar os compromissos do Governo, vai regionalizar o desenvolvimento do País. Nunca antes em nosso País o planejamento foi executado. Ele era debatido, se apresentavam as propostas, mas está aí a falência do sistema de saúde, está aí a luta do Sistema Único de Saúde. O telefone toca, e é para dizer que há mais um óbito por conta de dengue no Ceará. O Prefeito de Reriutaba está em coma, com dengue hemorrágica. E dizem que é porque acabou a Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira — CPMF, isso e aquilo.

Eu creio que V.Exa., Sra. Ministra, foi muito feliz em apresentar para a Comissão essas propostas, a partir do replanejamento e da missão que tem o Ministério do Planejamento e da competência e obrigatoriedade com que nós, políticos, temos de exercer as nossas prerrogativas.

Por que a classe política hoje está sendo tão levada no deboche? Por falta de posicionamento. Não é questão de partido A, B ou C, mas de nós vermos qual o limite que existe no Congresso Nacional. O Senador Vital do Rego Filho vai ter a missão de coordenar esta Comissão. E nós vamos rever as propostas de aumento do auxílio alimentação — é como se não tivesse inflação —, a do trabalhador rural. Há inúmeras questões na LDO e, com certeza, nosso grande Relator, o Deputado Márcio Reinaldo Moreira, pela vivência, experiência,

[p35] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:35 Taq.:Maria Teresa Rev.:



nome e tradição que tem na Casa, vai honrar o Poder Legislativo, o Congresso Nacional, todos os Deputados e Senadores, a fim de que possamos, de uma hora para outra, com uma canetada, dizer que não vai haver veto em emenda. Nunca antes, na história do País, se vetou emenda individual.

Para concluir, Sr. Presidente, eu recebi uma medalha das Santas Casas de Misericórdia por ter alocado recursos para elas no Orçamento da União. E o primeiro veto foi em minha emenda individual para as Santas Casas. Vou devolver a medalha, pois não sou merecedor dela.

Essas são as minhas observações.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rego Filho) - Agradeço ao querido Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Vou dar a palavra a mais dois Srs. Deputados, para concluir a primeira etapa, ao meu querido Deputado Vaz de Lima e ao Deputado Pedro Eugênio.

**O SR. DEPUTADO VAZ DE LIMA** - Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar V.Exa. e também o meu Presidente Cláudio Puty, o Relator Márcio Reinaldo Moreira, os que passaram por aqui e a Sra. Ministra.

Vou apresentar três questões, Sra. Ministra. Primeiramente, permita-me fazer um papel que preciso fazer. Eu gosto muito disso aqui. Sou "twiteiro". Nesse tempo que estou aqui, recebi 23 mensagens no Twitter, todas elas dizendo a mesma coisa. Eu achei interessante a mobilização dos meninos: *"Deputado, pergunte a Ministra sobre a situação crítica das aposentadorias no Banco Central — BACEN. Esperamos a ampliação de vagas do concurso"*. Estou cumprindo o meu papel. Isso é uma coisa importante. Nós temos de falar. É nosso papel. Cada um podia ter falado. Todo mundo recebeu mensagens e podia ter feito isso.

Em segundo lugar, vou só pedir a V.Exa. para confirmar uma frase que eu quero utilizar: *Investimento é fundamental para o crescimento sustentável do País* — fecha aspas. Miriam Belchior. Está correto. Ótimo.

Em terceiro lugar, vou ao foco que o Presidente Puty me pediu. E começo utilizando uma palavra do Deputado Pauderney. Ousadia foi a expressão usada por S.Exa. Muita ousadia do Executivo mandar na LDO essa história de paralisação preventiva das obras irregulares. Acho que estou vivendo em outro País. Não posso acreditar nisso. Acho uma temeridade o Executivo querer se imiscuir nas coisas do Legislativo.

Há pouco tempo rejeitamos veementemente, pela palavra do nosso Presidente Marco Maia, uma intenção, uma conversinha que houve no Supremo Tribunal Federal de se instituir o controle prévio da constitucionalidade dos nossos projetos. Não dá para acreditar que esta Casa, meu Relator, imagine sequer perder tempo com essa proposta. Essa é uma coisa *interna corporis*, uma coisa desta Casa, uma conquista da sociedade ao longo dos anos. Como vamos permitir que o Executivo se imiscua na soberania, na independência, na autonomia desta Casa? Ministra, não podemos aceitar isso.

Concluo fazendo o meu questionamento: Ministra, V.Exa. não concorda que os poderes constituídos devem manter os controles prévios concomitantemente, sem abrir mão das indispensáveis medidas cautelares, instrumentos cuja validade já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal?

Deixo aqui mais a minha indignação, Presidente: que esta Casa não fique de joelhos perante o Executivo e esta Comissão não perca talvez a maior de todas as suas prerrogativas, a de fiscalizar e cautelarmente paralisar obra suspeita de irregularidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA** - Sr. Presidente, pela ordem. Está havendo votação nominal. Como vamos administrar isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Vamos ter de administrar, porque a votação nominal regimentalmente...

**O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA** - Eu vou lá e volto, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - V.Exa. vá até lá e volte, porque sua presença é imprescindível para esta Comissão, meu querido Prefeito e Governador João Paulo.

Com a palavra o Deputado Pedro Eugênio.

**O SR. DEPUTADO PEDRO EUGÊNIO** - Sr. Presidente, Sra. Ministra, caros colegas Deputados e Deputadas, em primeiro lugar, quero fazer algumas observações a respeito da primeira parte da apresentação da Ministra.

Eu gostaria de registrar minha concordância com a forma pela qual o Governo, por meio da equipe econômica da qual V.Exa. faz parte, vem tratando a questão do câmbio, talvez a mais importante, deixando de olhar os juros e seus fatores, os seus preços correlatos. A questão está sendo tratada como único instrumento

[p36] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:36 Taq.:Sílvia Rev.:



do qual o Governo poderia lançar mão, com a adoção de medidas que corajosamente contrariam certos segmentos do mercado que até se locupletam muito quando os juros são aumentados, com a adoção de medidas que procuram taxar o capital que, vindo para cá, especulativo como é, em vez de gerar desenvolvimento, gera aumento de dívida e desequilíbrio cambial.

Parabéns ao Governo e a V.Exa., por fazer parte desse esforço que vem implementando essa política. Outra questão diz respeito à observação do Deputado Raimundo, que há pouco falava do planejamento. A Presidente Dilma, evidentemente... Não tenho aqui a transcrição da citação que o Deputado Raimundo fez, mas ela se refere a aperfeiçoamentos no planejamento. Nós, que somos da base do Governo, que defendemos o Governo Lula e o Governo da Presidenta Dilma, jamais chegamos ao exagero de imaginar que tudo tenha sido feito e completado no Governo do Presidente Lula. Mas uma coisa é certa, Deputado Raimundo, o planejamento ia ser destruído no Governo anterior.

Aquele conceito de eixo de desenvolvimento, na minha modesta opinião de economista e de quem procura estar em dia com as questões de planejamento, é um antiplanejamento. Os eixos de desenvolvimento propugnados na ocasião, no Governo Fernando Henrique Cardoso, deixavam enormes vazios no território brasileiro, concentrando-se apenas em poucos polos ditos de desenvolvimento, que geravam desigualdades. O PAC vem procurando, desde o início, suprir essa lacuna.

Temos muito a avançar, inclusive no plano das políticas de desenvolvimento regional, Ministra Miriam, no qual entendo que precisamos e podemos avançar ainda muito, apesar de termos tido uma política de desenvolvimento regional não prevista nos planos, mas, na prática, implementada. E a Refinaria Abreu e Lima é um dos exemplos eloquentes disso.

Durante décadas, Pernambuco e o Nordeste lutaram para ter uma refinaria, e o Governo não tinha coragem de chamar a PETROBRAS para ser o que ela é hoje: parte integrante da política de desenvolvimento do País, e não uma empresa que olha apenas para o seu umbigo. Portanto, referindo-me à Refinaria Abreu e Lima, completo o que disse o nobre colega que me antecedeu e falou da intervenção ou interferência do Executivo sobre uma prerrogativa do Legislativo.

Não entendi, na sua explanação, que haveria essa interferência. Entendi, sim, que o Governo que V.Exa. representa procura, por meio da LDO, coibir um açodamento do Tribunal de Contas, que coloca à consideração desta Comissão de Orçamento a suspensão de obras quando não há ainda opinião final formada.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado...

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Sr. Presidente, meu nome foi citado. Peço, então, a palavra, conforme prevê o Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - A contradita V.Exa. vai fazer oportunamente.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Não, Sr. Presidente. Segundo o Regimento, deve ser agora. Meu nome foi citado, e tenho essa prerrogativa, a não ser que V.Exa. queira proceder da mesma maneira que...

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Não, Deputado. Eu vou obedecer o Regimento e dar a V.Exa. a palavra

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Sr. Presidente, quero dizer ao nobre Parlamentar que estou citando o que a Ministra apresentou. Está aqui: "*resgatar o planejamento*". E "*resgatar*" significa o quê? Se consultarmos o *Aurélio*, veremos que resgatar é buscar novamente, é rever.

Em segundo lugar, S.Exa. falou dos eixos. Recordo-me muito bem — e V.Exa. estava presente — que, em 2003, o ex-Presidente Lula esteve no Banco do Nordeste, no Estado do Ceará. Celso Furtado era vivo. E o Presidente assumiu um compromisso público com Ciro Gomes de resgatar a SUDENE, que até hoje é uma figura decorativa no planejamento do Norte e do Nordeste.

Era o que queria acrescentar.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Obrigado, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Concedo a palavra à Ministra Miriam Belchior, nesta primeira fase da terceira etapa da nossa reunião.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Sr. Presidente, faltam poucos oradores. Como os argumentos, muitas vezes, são coincidentes, poderíamos esgotar a lista de oradores, e a Ministra responderia de uma vez só.



O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - É lúcida, oportuna e inteligente a sugestão de V.Exa., que faz parte do conjunto das oposições da Casa, e me resguarda na condução deste trabalho. Uma vez que a Ministra já concordou, vamos fazer assim.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Deputado Edmar Arruda. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado João Dado. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Efraim Filho — e agora não sei se V.Exa. legislou em causa própria.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Não, Sr. Presidente, porque não estava sob o meu poder a lista de inscritos. E, como não foi em causa própria, pelo menos foi oportuna a intervenção.

Ministra, de forma bem simples, pois acredito que há muitos assuntos, quero ser bem direto, para que a resposta também possa ser no mesmo sentido.

V.Exa. falou sobre o aumento nos investimentos na saúde, salvo engano, na faixa de 9,7 bilhões de reais.

Matéria que tramita nesta Casa pode ter interferência direta sobre a LDO 2012: a regulamentação da Emenda nº 29, que estabelece um piso para os investimentos na área de saúde. V.Exa. tem o domínio das contas públicas e do planejamento. Pergunto se V.Exa. entende que, para a regulamentação da Emenda nº 29, que obriga o Governo a gastar um percentual com a saúde, seria necessário um novo imposto para financiar esse custo ou se as contas públicas do Governo o comportariam.

Como estava muito barulho, vou repetir a parte final, Ministra: se a houver a aprovação da Emenda Constitucional nº 29, que determina um piso de investimentos na área de saúde por parte do Governo Federal, acredita V.Exa., com o conhecimento que tem das contas públicas e do planejamento do Governo, que isso afetaria as contas para 2012, a ponto de ser necessário um novo imposto para aumentar a arrecadação? Ou as contas do Governo comportariam esse piso que, segundo se estima, representa um acréscimo de cerca de 20 bilhões de reais para o investimento na saúde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa., Deputado Efraim Filho.

Concedo a palavra ao Senador Vicentinho. *(Ausente.)*

Concedo a palavra ao Deputado Rui Palmeira.

O SR. DEPUTADO RUI PALMEIRA - Sr. Presidente, primeiro, saúdo os aprovados em concurso público que estiveram ou ainda estão aqui.

A propósito, Sra. Ministra, considero uma medida extremamente infeliz do Governo Federal a suspensão dos concursos. Até entendo a suspensão dos que estavam previstos, mas não nomear o cidadão e a cidadã que passaram anos e anos esperando, estudando, batalhando e finalmente foram aprovados é uma decisão infeliz e extremamente cruel por parte do Governo Federal.

Ministra, por conta do adiantado da hora, vou ater-me apenas a uma questão.

Preocupa-me a tentativa do Governo Federal de tolar o Tribunal de Contas da União, até porque, quando era Oposição, o PT ajudou a aprovar neste Congresso Nacional as normas que barravam o envio de dinheiro a obras suspeitas de irregularidades, tudo na esteira do famoso TRT de São Paulo, do notório Juiz Lalau. Agora, porém, o Governo quer alterar essa regra, o que é extremamente preocupante.

Em 2010, o Governo já alterou a LDO, obrigando que a paralisação de obras só acontecessem após audiência pública. Agora, quer alterar mais uma vez, por meio do art. 91, que diz o seguinte: *"(...) sejam objeto de decisão monocrática de ministro do TCU ou acórdão, que tenham apreciado as razões apresentadas pelos gestores aos quais foram atribuídas as supostas irregularidades"*.

Ora, Sras. e Srs. Deputados, se a obra não vai ser paralisada, qual será o interesse desses gestores ou dessas empresas em prestarem esclarecimentos ao Tribunal de Contas da União? É lógico que não vai funcionar. Deputado Vaz de Lima, o TCU vai ser engessado! Isso é óbvio.

Fica a nossa crítica a essa outra medida infeliz — para dizer o mínimo — por parte do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo.) - Agradeço ao Deputado Rui Palmeira.

Concedo a palavra ao querido Deputado Giroto.

O SR. DEPUTADO GIROTO - Sr. Presidente, por intermédio de V.Exa., cumprimento a todos.

Ministra Miriam Belchior, entendo que governar é um exercício de paciência. Estou olhado para V.Exa. há mais de 4 horas, e V.Exa., a quem agradeço a presença, continua com a mesma serenidade.

Apenas para enriquecer o que V.Exa. discutirá com a nossa Presidenta, passo às suas mãos documento sobre o que está acontecendo no Brasil e no meu Estado. Todos estamos angustiados com a prorrogação ou não do decreto e com os Restos a Pagar. Isso porque começou a haver ações públicas, por

[MSOffice38] Comentário:  
Sessão:0314/11 Quarto:38 Taq.:Geane  
Rev.:

[P39] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:39 Taq.:Odilon Rev.:



intermédio do Ministério Público, condenando Prefeitos com base em denúncias de associações de bairros ou de qualquer pessoa no sentido de que a obra foi paralisada porque o Prefeito roubou o dinheiro ou sumiu com o recurso.

Como exemplo, tenho aqui inquérito do Ministério Público do meu Estado em que está dito que consta da Representação *"eventual desvio de verba destinada a investimento em drenagem e pavimentação"*.

É só o que eu quero deixar com V.Exa., agradecendo-lhe a paciência em nos ouvir e pedindo que, com o bom senso que possui, pense que todos precisamos da prorrogação do decreto e do pagamento do RAP.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rego) - Agradeço ao Deputado Giroto, principalmente o atendimento ao limite de tempo.

Com a palavra o Senador Pedro Taques. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador Cyro Miranda. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Gonzaga Patriota. *(Pausa.)*

Com a palavra o Deputado Edinho Bez. *(Pausa.)*

Com a palavra a Deputada Carmen Zanotto.

**A SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO** - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa. e os demais membros da Mesa e formulo votos de boas-vindas a Sra. Ministra.

Alguns dos meus questionamentos já foram contemplados, em especial a dos concursados — e quero acreditar que, em cada área, serão vistos com muito respeito os candidatos.

Com relação ao Decreto nº 7.418, entendo importante que todos sejam prorrogados, 2007, 2008 e 2009, uma vez que já temos uma grande quantidade de obras financiadas pela União paradas, inacabadas. A retomada dessas obras implica reajuste de contratos e descrédito dos órgãos públicos das três esferas de Governo — municipal, estadual e federal. Quando uma obra não é concluída, há a crítica da comunidade e, de outro lado, o desperdício do recurso público, e somos taxados de caloteiros. É assim que é visto.

Venho da gestão estadual, área em que sofremos com essas situações — e isso sem contar a depreciação das obras paradas. Faço, então, um apelo para que haja uma prorrogação, nem que as regras mudem no futuro. Portanto, para essas que já estão contratadas, peço que o prazo seja prorrogado.

Ministra, com muito carinho e respeito, quero dizer que, desde que cheguei a esta Casa, aliás, a partir do momento em que soube que viria para cá — sou do Estado de Santa Catarina —, a minha preocupação é relativa ao fato de que, na grande maioria dos Municípios de pequeno e médio portes, em especial de pequeno porte, ruas asfaltadas e pavimentadas são aquelas por onde passa o ônibus circular.

Para não falar de outra, vou falar da minha cidade. Se o Programa Minha Casa Minha Vida exigir o asfaltamento para as pessoas físicas, com certeza absoluta — e estou dizendo o que eu tenho ouvido das pessoas —, o sonho vai embora. Esta é a frase mais clara: o sonho vai embora.

Por quê? Porque, dos grandes empreendedores, dos que estão fazendo complexos habitacionais de mil, duas mil residências, podemos exigir tudo, agora, a grande maioria das nossas cidades são grandes bairros com lotes adequados — e não estou falando de nenhuma área de risco, mas de bairros estruturados — em que as ruas são apenas patroladas e cascalhadas. Portanto, há como exigir outra infraestrutura como estabelece a Medida Provisória nº 514. Tenho incomodado o pessoal da Assessoria do partido sem descanso por estar muito preocupada com o momento em que essa MP for para o plenário, uma vez que não se conhece ainda o relatório final. Não se pode exigir dos pequenos construtores, dos pequenos empreendedores que as ruas sejam pavimentadas, com asfalto ou calçamento.

O terceiro assunto, Ministra, é relativo à saúde, meu setor de origem. Com certeza, esses 9 bilhões vão somar, mas os gastos com saúde são alarmantes no nosso País, até porque a Medicina tem evoluído. Tenho acompanhado esse processo. Fui Secretária Estadual de Saúde e defendo o sistema público de saúde, inclusive porque conheço a demanda da nossa população pela ampliação dos serviços de saúde. Com os recursos previstos, não vamos corrigir a tabela do SUS. E, com isso, a cada dia perdemos hospitais e profissionais que não querem mais atender pelo sistema público em razão da remuneração dos serviços.

Vou encerrar, para não estourar o tempo.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Obrigada, Deputada.

Passo a palavra ao Deputado Paulo Maluf.

[p40] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:40 Taq.:Carla Rev.:



O SR. DEPUTADO PAULO MALUF - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro, congratulo a Sra. Ministra pelo brilhante resultado de sua exposição.

Permito-me fazer algumas considerações na qualidade de ex-Governador, ex-Prefeito e ex-Presidente da Caixa Econômica Federal — instituição para a qual deixo meu elogio pelo seu funcionalismo, que é da melhor qualidade —, ex-Secretário de Estado, ex-Presidente da Associação Comercial e duas vezes quase ex-Presidente da República (*Risos.*) Quase fui, não me quiseram, mas não tem problema, estou vivo, ainda não sou nome de rua.

Ministra, estamos discutindo um pouco de microeconomia, mas quero discutir macroeconomia — e V.Exa. vai me entender muito bem. Há uma mentira histórica e científica sob o ponto de vista da Economia de que juro alto é a melhor maneira de combater a inflação. Digo isto, porque juro alto no mundo só tem na Argentina, na Venezuela e na Turquia, e estes países não constituem paradigma para a economia brasileira.

O juro do euro é abaixo de 3% ao ano, o juro americano é de 0,25% ao ano, o juro japonês é de 0% ao ano, o juro chinês é 3,25% ao ano. E estamos tentando catar pedrinhas na rua para fazer economia, tentando combater a consequência da falta de orçamento, quando, na realidade, devíamos combater a causa da falta de orçamento.

Sabe muito bem V.Exa. — e quem sabe a maioria dos Deputados não teve a paciência de estudar o tema? — o quanto custa a manutenção das nossas reservas. Cada vez que o Banco Central diz: “*Temos 300 bilhões!*” e quer comemorar, honestamente, tenho vontade de fazer uma missa de sétimo dia, porque estamos pagando 12% de juros SELIC internamente e lá fora, no BIS, recebendo 1%.

Primeiro, esses 11% dos 300 bilhões são 33 bilhões de dólares que se constituem em 50 bilhões por ano de custo da manutenção da reserva. Segundo, cada vez que eles aumentam em 1% o juro, a rolagem da dívida, que é 1 trilhão e 600 bilhões em números redondos, requer mais de 16 bilhões. Só com esse 1% dá para pagar todas as emendas, e não é preciso mais nada. Ou seja, os 12% de 1 trilhão e 600 bilhões são quase 200 bilhões por ano, que, somados aos 50 bilhões da manutenção da reserva, resultam em 250 bilhões.

Ministra, sem ironia: estatize o Banco Central para resolvermos os problemas brasileiros, pois o Banco Central está nas mãos dos banqueiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado Paulo Maluf.

Tem a palavra o Deputado Valtênir Pereira. (*Pausa.*) Ausente.

Tem a palavra o Deputado João Paulo.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO - Sr. Presidente, Senador Vital do Rêgo, Sra. Ministra, demais membros da Mesa, apesar de ter me ausentado para ir votar, fiquei aqui quase todo o tempo, e, pude ouvir a Ministra, a quem parabeno pela clareza e firmeza da explanação e, sobretudo, pela tranquilidade demonstrada durante a reunião.

Digo isso não com a experiência vivida pelo ex-Governador Maluf em tantos mandatos no Executivo, mas de quem viveu experiência extremamente feliz de ter sido, por 8 anos, Prefeito da cidade de Recife. E, vindo de uma experiência de Vereador e Deputado Estadual, estou no meu primeiro mandato de Deputado Federal.

Entendo as dificuldades que enfrenta o Executivo, porque vivemos conjuntura em que há diversas variáveis. Por não deter todos os componentes da economia, muitas vezes, o Governo se depara com situações em que há necessidade de fazer ajustes difíceis ou mesmo duros. Acima de tudo, o diálogo, a capacidade de reflexão e a sensibilidade para os problemas dos mais humildes, dos mais pobres, são fundamentais para a resolução dos grandes problemas. E quem conhece a periferia, o problema do povo nas comunidades das regiões metropolitanas e do interior do Estado sabe que, em muitos casos, uma pequena obra tem significado superior ao de uma grande obra de infraestrutura urbana, do ponto de vista da melhoria da qualidade de vida da população.

Com isso, quero dizer à Ministra que sei — e tenho sido procurado pelos servidores concursados, que estão querendo uma agenda com a Ministra, e pelos servidores do Ministério do Trabalho, que também estão com uma pendência já com decisão judicial — que essas decisões são difíceis de serem tomadas por um governante. Mas venho reafirmar a confiança na Presidenta Dilma e na Ministra. Muitas vezes, para quem está no Executivo a problemática é tão grande, e há tantos detalhes essenciais à vida, que não se consegue chegar lá perto.

[P41] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:41 Taq.:Lelaine Rev.:





A meu ver, este encontro aqui foi extremamente positivo e importante. E sei, Ministra, que o pleito maior nesta Comissão hoje, na verdade, é a prorrogação do decreto. Mas, com certeza, se isso não for possível, haverá uma sinalização por parte do Governo em relação àquelas questões imprescindíveis para a vida da população e dos próprios governos, tendo em vista que o Governo Federal manifesta preocupação também com a governabilidade, independentemente da posição política dos Prefeitos, porque isso também é de nossas bases e de outras bases. Tenho, portanto, convicção de que os governantes municipais e estaduais, bem como os Parlamentares, serão tratados com muito respeito.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço a V.Exa., Deputado João Paulo, liderança referencial do Estado de Pernambuco, a participação.

Com a palavra o Senador Inácio Arruda. *(Pausa.)*

Ausente.

Com a palavra o Deputado Weliton Prado. *(Pausa.)*

Ausente.

Concedo a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Primeiro, Sr. Presidente, meus parabéns. É a Paraíba presidindo a Comissão de Orçamento. É a força do Nordeste. E, por sinal, por meio de um Presidente que é do setor da saúde, um fisioterapeuta.

Sra. Ministra, eu não a conhecia pessoalmente e estou ansioso para ouvi-la. Sei que V.Exa., além de simpática, é gigante, um dos brilhantes quadros do Ministério do Planejamento e também que tem sensibilidade política.

Apesar de ser da base aliada, quero dizer que vai ser um horror se houver corte nas emendas — e acredito que V.Exa. já tenha sentido isso. Parece que V.Exa. vai decidir amanhã ou depois de amanhã; então, recomendo cuidado.

Estou curioso para saber a sua opinião sobre a regulamentação da Emenda 29. V.Exa. sabe conhece os números melhor que eu. Sou médico de criança, fui criado em enfermaria e em posto de saúde, faço prevenção. Sabe V.Exa. que o gasto de 1,8 real por brasileiro/dia, na saúde, não é nada. Sabe também V.Exa. que, segundo o IBGE, 62% dos gastos em saúde no Brasil são privados — apenas 38% são públicos — e que somos o último país no que diz respeito a recursos para a saúde. V.Exa. disse muito bem na sua apresentação que o Ministério está cumprindo, sim, o PIB nominal. Isso é verdade, mas ele tem umas contas atrasadas.

Quanto à regulamentação, entendo que é uma oportunidade maravilhosa que a Presidenta Dilma e V.Exa. têm de resolver o financiamento do setor. O financiamento é a ameaça maior — com eficiência, é óbvio, mas financiamento. E não preciso chorar aqui, porque a imprensa está mostrando a crise, e essa foi a grande bandeira da Presidente Dilma. Aliás, acredito que a Presidente Dilma vai se consagrar como mãe da saúde e mãe da educação.

Portanto, estou curioso para ouvir a sua palavra, Ministra.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Concedo a palavra ao Deputado João Ananias, último orador inscrito.

**O SR. DEPUTADO JOÃO ANANIAS** - Obrigado, Senador.

Saúdo a Ministra e quero dizer que não foi nada combinado. A turma da saúde chegou junta aqui porque estávamos participando, até agora, de um debate na Comissão de Seguridade Social e Família.

Faço coro ao Deputado Perondi. Sendo mulher, V.Exa. tem uma sensibilidade muito maior do que a nossa, como também a Presidenta Dilma, que já disse isso e assumiu esse compromisso perante a Nação.

Fui gestor do setor saúde no Estado do Ceará, fui Secretário de Estado da Saúde na última gestão no Governo de Cid Gomes. E, por mais investimentos que o Governo Cid Gomes tenha feito nesse setor, ainda é pouco. É pouco porque temos um atraso histórico, temos a acumulação de um passivo malicioso, um passivo profundamente nefasto. Refiro-me aos poucos investimentos feitos na saúde ao longo de muitos anos, acumulando os problemas que vão desde o SUS, como um todo, aos hospitais universitários.

Quando no movimento estudantil, fui militante do movimento pela reforma sanitária brasileira. Depois, lutamos muito pelo Sistema Único de Saúde e não podemos deixar que essa situação o esmerilhe, que o coloque a pique — e há muita gente querendo isso, muita gente da iniciativa privada, Ministra, quer isso, ou seja, não quer o SUS como esse grande sistema abrangente que não permite o nicho de mercado. E é isso que

[P42] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:42 Taq.:Lelaine Rev.:



é o SUS. Mas há quem queira que o SUS defina, que continue desgastado e possa até um dia ruir, para que volte aquele sistema das filas que tínhamos no passado do INPS e do FUNRURAL, no qual quem podia pagar, pagava; e quem não podia, morria.

Portanto, apelo para V.Exa. na condição de ex-gestor, militante, médico e cidadão no sentido de que a Emenda 29 e o financiamento do SUS sejam resolvidos de vez no Governo da Presidenta Dilma e no Ministério de V.Exa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço ao Deputado João Ananias a participação.

Comunico à Ministra Miriam Belchior que 31 Sras. e Srs. Deputados e Senadores se pronunciaram nesta reunião de 3 horas e 55 minutos até agora e concedo a palavra S.Exa. para as suas considerações finais.

**A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR** - Sr. Presidente, algumas das questões foram semelhantes, e eu não vou repetir as respostas para não cansá-los. Vou tentar sintetizar, porque sei que há muitas reuniões em andamento na Casa.

Primeiro, o Deputado Júlio Cesar. A Secretária Célia Correa levantou a questão a que o Senhor se referiu sobre os demonstrativos de depósitos judiciais. Ela me passou um bilhete dizendo que a LDO dispõe, que essas informações deverão ser divulgadas pela Internet e que isso é competência da Receita Federal. Então, estou me comprometendo com V.Exa. no sentido de que vamos levantar essa situação e enviar uma resposta, porque não é do Ministério do Planejamento — e mesmo do Ministério do Planejamento, nem todas as coisas eu sei diretamente.

Em relação ao Minha Casa Minha Vida, só complementando, a questão que a Deputada apresentou é uma “escolha de Sofia”, é uma situação difícil em que temos que trabalhar qual é a melhor maneira de resolver. Não podemos repetir situações de programas habitacionais da década de 1970, que levaram a população para muito longe, sem água, sem esgoto, sem transporte, sem escola e até sem comércio, por serem bairros muito distantes da área urbana já consolidada das cidades. Então, não queremos repetir esse erro, mas considero que a preocupação que a Deputada apresentou pode proceder em determinadas circunstâncias.

A questão é como lidarmos com isso para, ao abrir um pouquinho a porteira, não permitir que ela seja escancarada. Então, essa é a preocupação que temos no Governo, porque acreditamos que precisamos dar moradia digna. E moradia digna é, sim, a casa, o apartamento, mas em condição de as crianças poderem estudar perto de onde moram e de se ter acesso a serviços públicos, inclusive de saúde.

Quanto à questão dos concursos — e gostaria que o Deputado que está saindo me ouvisse neste instante — acho que é importante fazer uma distinção. Há situações diferentes. Há situações em que o que temos são excedentes, pessoas que não se classificaram para o número original de vagas. E esta é uma situação que é diferente de outras, dos concursos para os quais não foram chamadas os primeiros lugares.

No geral, nessas circunstâncias — e o caso da ANEEL é exatamente um desses —, o resultado dos concursos ainda têm tempo grande de validade.

Então, está havendo, sim, uma mistura entre as chamadas iniciais de concurso — e, aí, há direitos dentro do prazo de vencimento dos concursos — e os excedentes de concursos, quando os primeiros já foram chamados, mas há um excedente de aprovados interessados em entrar. É esse o cuidado que estamos adotando.

Em relação ao financiamento na saúde, quero repetir o que a nossa Presidenta Dilma Rousseff disse: o financiamento da saúde deve ser uma discussão da sociedade brasileira. Acho que o Congresso já se posicionou sobre isso em 2007, ao acabar com a CPMF, mas essa é uma discussão que precisa ser feita com a sociedade. O que a sociedade quer em relação a isso? Não é nem o Governo sozinho, nem o Congresso sozinho, essa é uma discussão mais ampla que precisa ser travada com a sociedade brasileira.

Em relação a algumas observações sobre a LDO, posso estar enganada, mas tenho a impressão de que há algum mal-entendido — e a tramitação da LDO dará conta de esclarecer se é de fato um mal-entendido ou se é um problema de divergência incontornável.

Vou aqui citar a Presidenta Dilma mais uma vez: “*Só quem viveu nas trevas é capaz de valorizar o momento da democracia e da pluralidade*”. Então, para nós, independência de Poderes é uma questão de honra. Portanto, não há nenhuma intenção do Executivo de desmontar a independência dos Poderes.

Quero reiterar o que falei quando fiz a apresentação, acredito que todos que estão nesta sala creiam que seja importante paralisar obras que tenham irregularidade grave. **Duvido** que haja alguém aqui não tenha

[P43] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:43 Taq.:Ana Claudia Rev.:

[p44] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:44 Taq.:Carla Rev.:



esse posicionamento. E o que propomos é que fique claro a existência de grave irregularidade. Essa é a nossa proposta.

Citei apenas um de uma série de exemplos que demonstram a razão dessa proposta. Demitir 20 mil pessoas em Pernambuco, sem constatar claramente que havia grave irregularidade, constituiu erro para as pessoas, para o Estado, para o Nordeste e para o País. É disso que estamos tratando, não queremos subverter atribuições dos Poderes desta Nação.

A exemplo do Deputado João Paulo, que foi Prefeito, foi Secretária Municipal por muitos anos, e, na época, o Governo Federal não repassava recursos aos Municípios. Na minha cidade, quando conseguimos uma emenda para fazer 16 apartamentos — e estamos falando de 1 milhão de moradias do Minha Casa, Minha Vida, fora o PAC —, comemorávamos como nunca. Na minha cidade resolvemos os problemas de drenagem com recursos próprios, porque nem o Governo Estadual, nem o Governo Federal aportavam recursos. Isso mudou com o PAC, especialmente para os Municípios, os grandes e os pequenos.

Se já era importante no PAC 1, com urbanização e saneamento; agora, aumentamos para 13 temas, que atendem diretamente às cidades: saneamento, urbanização, drenagem, contenção de encostas, unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento, creches e pré-escolas, quadras esportivas nas escolas, máquinas e equipamentos para manutenção de estradas vicinais... Ou seja, ampliamos o leque exatamente porque achamos que é tarefa do Governo Federal ajudar os Municípios a enfrentar os problemas urbanos.

O Governo Federal também está fazendo sua lição de casa, dando apoio para que os pequenos, médios e grandes Município possam enfrentar a atual situação.

Para encerrar, e antes de agradecer a todos a recepção, quero dizer que vivemos numa democracia, este espaço é plural, e acho que cada um de nós valoriza isso. Mas devo discordar de algumas falas de Parlamentares.

A inflação, acredito, é preocupação de todos aqui, mas, reafirmo, não queremos voltar atrás no tempo e adotar medidas que façam o País parar de crescer, que gerem desemprego e nos tirem deste momento absolutamente especial por que passa o Brasil. Não vamos adotar medidas que derrubem a economia brasileira.

Acreditamos que é possível fazer diferente. Em 2009 muitos desacreditavam que o Brasil sairia rapidamente da crise. Por muitas vezes, o Presidente Lula foi ironizado por causa disso, e o resultado está aí.

Para aqueles que questionam os nossos compromissos, digo que temos 8 anos e quase 4 meses de compromissos entregues à sociedade. Nosso País cresceu, a desigualdade foi reduzida, muitos empregos foram criados, gerando bastante renda para os trabalhadores. Esse foi o compromisso entregue pelo Presidente Lula, junto com a então Ministra Dilma, hoje Presidenta, e ele continuará a valer neste País.

Agradeço aos Presidentes das Comissões aqui reunidas e a todos os Parlamentares a honra do convite e, especialmente, o tratamento respeitoso e democrático que recebi.

Reitero ainda que nós do Executivo estamos à disposição do Congresso Nacional para discutir os temas importantes para o nosso País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Vital do Rêgo) - Agradeço à Ministra a objetividade, os esclarecimentos e a forma didática, transparente e segura de sua exposição.

Muito obrigado a todos os companheiros Presidentes e às Sras. e Srs. Deputados e Senadores.

Fiquem todos com Deus.

Está encerrada a reunião.

[p45] Comentário: Unidades Básicas de Saúde — UBS

[p46] Comentário: Unidades de Pronto Atendimento — UPA

[P47] Comentário: Sessão:0314/11  
Quarto:45 Taq.:Denise Miranda Rev.: